



INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política

Trabalho de Conclusão de Curso

A DEMOCRACIA NA ARGENTINA E NO BRASIL:

Fatores econômicos e cultura política

PRISCILA PRIMO FENELON

Junho, 2016

PRISCILA PRIMO FENELON

Trabalho de Conclusão de Curso

**A DEMOCRACIA NA ARGENTINA E NO BRASIL:
Fatores econômicos e cultura política**

Trabalho de conclusão de curso de
bacharel em Ciências Sociais na
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Stumpf
Gonzalez.

Junho, 2016.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do curso de graduação e tudo o que foi desenvolvido nesses anos não seria possível sem a constante contribuição e apoio de amigos, docentes e familiares. A realização desta pesquisa não foi diferente. Muitas pessoas, de forma direta ou indireta, se interessaram e colaboraram na construção deste trabalho.

Gostaria de agradecer ao professor Rodrigo Stumpf Gonzalez, orientador deste trabalho e da minha experiência na iniciação científica. Agradeço pelo aprendizado, pela paciência e por todo o auxílio oferecido, desde 2013, quando eu começava a me interessar pela Ciência Política.

Agradeço também ao professor Osvaldo Iazzetta pelo auxílio durante o intercâmbio. Agradeço às professoras da Cátedra de Estructura Social da UNR, Adriana Chiroleu, Claudia Voras e Andrea Delfino. Agradeço às amigas de intercambio, Elisa Rossi e Maria Laura Sartor, pela recepção em Rosário, pela ajuda e pela vivência das eleições argentinas. Agradeço à Virginie Hontabat, por todos os dias de estudo em frente ao rio Paraná e por ter se tornado uma grande amiga.

Agradeço também aos amigos e colegas de aula da UFRGS, por compartilhar os felizes dias no Campus do Vale. Em especial, agradeço ao Wagner, à Paula, à Alexia e ao Matheus Biagin, que, de forma única, marcaram a minha trajetória na universidade. Agradeço à Maria, amiga heroína que sofreu junto comigo “a angústia das pequenas coisas ridículas”.

Agradeço aos de sempre, Ju, Raíssa, Nathan e Vini. Estudar longe de “casa” e dos melhores amigos não foi fácil, mas os quilômetros entre Porto Alegre e Curitiba sempre foram superados através de um “oi” ou de uma mensagem de voz. Obrigada.

Agradeço ao Vinicius, companheiro de vida.

Por fim, agradeço à minha família. Ao meu pai, Daniel, à minha irmã, Milena – que se tornou a “irmã mais velha” da casa – ao caçula, Matheus. Mesmo longe, espero ter sido um bom exemplo para vocês. Agradeço imensamente e principalmente à minha mãe, Zenir. À força que tem e que mostra, a todo o apoio, à paciência infindável, bondade e amor. Obrigada por tudo.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir a democracia na Argentina e no Brasil, tendo em vista a cultura política e os fatores econômicos. O problema de pesquisa proposto é: considerando as reformas políticas-econômicas e as diferentes situações financeiras decorrentes, as opiniões entre argentinos e brasileiros mudaram a respeito da democracia? Deste modo, partindo-se do legado histórico dos países, a análise realiza uma comparação das opiniões e percepções de argentinos e brasileiros a respeito da democracia, verificando em que medida as transformações econômicas influenciaram o apoio entre os anos de 1995 e 2010. Os dados econômicos utilizados são PIB per capita, inflação, desemprego, índice de Gini e coeficiente da pobreza, provenientes do World Bank. As questões de cultura política e opinião pública escolhidas foram: satisfação com a democracia, apoio à democracia, avaliação da gestão do/a presidente, confiança nos partidos políticos e confiança no governo, do Latinobarômetro. Busca-se fazer uma discussão que consiga relacionar a interpretação culturalista aos fatores econômicos, já que na América Latina os países apresentam características fortes de desigualdades sociais somadas a um histórico de políticas autoritárias e personalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política; Política comparada; Apoio à democracia; Desenvolvimento econômico; Argentina; Brasil.

ABSTRACT

This paper aims to discuss democracy in Argentina and Brazil, considering the political culture and economic factors. The proposed research problem is: given the political and economic reforms and its outcomes, the different financial situations, the opinions of Argentines and Brazilians about democracy have changed? Thus, starting from the historical legacy of the countries, the analysis makes a comparison between opinions and perceptions of Argentines and Brazilians about democracy, checking how the economic changes have influenced the support between the years of 1995 and 2010. The economic data used are GDP per capita, inflation, unemployment, poverty and Gini coefficient provided by the World Bank. The political culture and public opinion issues chosen were: satisfaction with democracy, support for democracy, evaluation of management/president, trust in political parties and trust in the government, from Latinobarómetro. The Latin America countries have strong characteristics of social inequality coupled with a history of authoritarian and personalistic policies, so the aim is to make an argument that can relate to the culturalist interpretation of the economic factors.

KEYWORDS: Political Culture; Comparative Politics; Support for Democracy; Economic Development; Argentina; Brazil.

RESÚMEN

El presente trabajo se propone discutir la democracia en Argentina y Brasil, teniendo en cuenta la cultura política y los factores económicos. El problema de la investigación es: dadas las reformas políticas y económicas, y las diferentes situaciones financieras derivadas, ¿Las opiniones de los argentinos y brasileros respecto de la democracia han cambiado? Por lo tanto, a partir de la trayectoria histórica de los países, este trabajo se propone hacer una comparación de las opiniones y percepciones tanto de argentinos como de brasileros sobre la democracia, verificando en qué medida los cambios económicos influyeron en los apoyos entre los años 1995 y 2010. Los datos económicos utilizados son el PBI per capita, la inflación, el desempleo, la pobreza y el coeficiente de Gini, con el Banco Mundial como fuente. Los temas de cultura política y opinión pública elegidos fueron: la satisfacción con la democracia, el apoyo a la democracia, la evaluación de la gestión del presidente, la confianza en los partidos políticos y la confianza en el gobierno, cuya fuente es Latinobarómetro. El objetivo es generar una discusión que pueda relacionar la interpretación culturalista y los factores económicos, siendo que los países de la región tienen una fuerte desigualdad social junto con una historia de políticas autoritarias y personalistas.

PALABRAS CLAVE: Cultura política; Política comparada; Apoyo a la democracia; Desarrollo económico; Argentina; Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inflação (1995 – 2010)	59
Gráfico 2 – Desemprego (% da PEA) (1995 – 2010).....	60
Gráfico 3 – PIB per capita (1995 – 2010)	61
Gráfico 4 – Riqueza X Pobreza na Argentina e no Brasil: Brecha de la pobreza e Índice de Gini (1995 – 2010)	62
Gráfico 5 – Apoio à democracia (%) (1995 – 2010).....	72
Gráfico 6 – “Confiança no Governo” (%) (1995 – 2010)	75
Gráfico 7 – “Satisfação com a democracia” (%) (1995 – 2010).....	77

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Argentina e Brasil em perspectiva comparada	56
Tabela 1 – Apoio à democracia: Ambivalentes/Indiferentes (%).....	64
Tabela 2 – Modelo I: Desemprego (1995 – 2010).....	65
Tabela 3 – Modelo II: Inflação (1995 – 2010)	68
Tabela 4 – Modelo III: PIB per capita (1995 – 2010)	70
Tabela 5 – Modelo IV: Índice de Gini (1995 – 2010).....	73
Tabela 6 – Modelo V: Brecha de la Pobreza (1995 – 2010)	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA.....	5
2.1 O Método Comparativo.....	5
3. DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA ..	8
3.1 Democracia.....	8
3.2 Cultura Política.....	13
3.3 Variáveis econômicas e o apoio à democracia.....	17
4. ARGENTINA E BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA	21
4.1 Construção Nacional.....	21
4.2 República dos Coronéis e República Conservadora.....	28
4.3 Mudanças da década de 30.....	32
4.4 A Era de Vargas e Perón.....	36
4.5 Ensaios de uma democracia incipiente.....	40
4.6 Regimes Militares.....	44
4.7 Reconstrução Democrática e Anos Neoliberais	48
4.8 Experiências recentes: os governos de Lula e Kirchner(s).....	52
5. ECONOMIA E CULTURA POLÍTICA DE 1995 A 2010.....	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1. INTRODUÇÃO

Os países da América Latina, embora tenham passado por longos períodos autoritários, conseguiram sustentar um regime democrático formal durante as décadas de 80 e 90, até os dias de hoje. Avanços como eleições livres, alternância no poder e liberdade política parecem ter finalmente se institucionalizado. Contudo, durante as transições democráticas, alguns países enfrentavam problemas de pagamento da dívida externa e uma inflação que demorou a ser controlada (PERALVA, 2000). A democratização na região ocorreu junto a um desempenho socioeconômico fraco e desigual, que não ofereceu muitas oportunidades para os democratas gerarem legitimidade por meio da performance econômica (POWER; JAMISON, 2005). Ao contrário, como assinalou Moisés (1995), a expectativa a respeito da solução dos problemas gerou um processo de frustração com a própria democracia. Diante de tal cenário, considerar apenas o governo e a política como forma-legal institucional parece insuficiente para compreender tal construção democrática, já que se parte da premissa proposta por Baquero (2007, p. 18), na qual “o desenvolvimento econômico e político de uma nação é contingente, não só no tipo de instituições que se enraízam ao longo do tempo, mas também nas expectativas das pessoas em relação a essas instituições”.

A Argentina e o Brasil foram países que passaram por processos semelhantes. Ainda que as transições tenham sido distintas – no caso do Brasil, baseada na abertura “lenta, gradual e segura”, e na Argentina marcada pela desmoralização militar perante a Guerra das Malvinas –, os dois países reiniciaram sua história democrática na década perdida. Além disso, posteriormente, os anos neoliberais representaram uma agudização dos problemas sociais herdados e um deslocamento da esfera política (QUIROGA, 2010). Neste sentido, partindo-se do legado histórico dos países, a análise realizará uma comparação das opiniões e percepções de argentinos e brasileiros a respeito da democracia, relacionando estas com as situações de instabilidade econômica e social, entre os anos de 1995 e 2010.

Esta problemática mostra-se importante para a compreensão da cultura política atual, uma vez que a construção democrática engloba também a formação histórica, social e econômica dos países. De tal forma, o problema de pesquisa proposto é: considerando as reformas políticas-econômicas e as diferentes situações financeiras decorrentes, de 1995 a 2010, as opiniões entre argentinos e brasileiros mudaram a respeito da democracia?

O tema principal do trabalho justifica-se por buscar fazer uma discussão que consiga relacionar a interpretação culturalista aos fatores econômicos. Na América Latina, há um motivo especial para a realização desse tipo de análise, visto que os países da região apresentam características fortes de desigualdades sociais somadas a um histórico de políticas autoritárias e personalistas. Tendo essas considerações, o objetivo principal da presente pesquisa é examinar em perspectiva comparada as mudanças na opinião pública na Argentina e no Brasil, de 1995 a 2010, para verificar em que medida as transformações econômicas influenciaram o apoio à democracia nestes anos.

A escolha em utilizar o método comparativo para este estudo mostrou-se pertinente, pois permite inferir semelhanças e diferenças entre dois países próximos no tempo e no espaço, e que influenciam um ao outro. Apesar de possuírem características históricas específicas, pode-se considerar que Argentina e Brasil passaram por momentos análogos: os regimes populistas de Perón e Vargas e os regimes militares, por exemplo. Os governos democráticos do início dos anos 90 também são similares, pois significam, de certa forma, a tentativa de superação do estado autoritário burocrático e a entrada dos dois países para a ordem neoliberal. Deste modo, o ano de 1995 foi escolhido principalmente por ser o ano de início do segundo mandato de Menem e do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse ano as duas novas democracias passavam por situações decorrentes das reformas econômicas rumo a um estado gerencial: no Brasil, o monopólio estatal nas áreas de telecomunicações e do petróleo era quebrado mediante emendas constitucionais; na Argentina, o desemprego chegava a 18,4% e a conversibilidade resistia aos ataques especulativos decorrentes da crise mexicana (FAUSTO e DEVOTO, 2005).

O intervalo de tempo de 15 anos abarca os principais acontecimentos políticos e econômicos das duas democracias, que, apesar de recentes, no período analisado eram consideradas institucionalizadas¹. Conforme O'Donnell,

Si existe la expectativa de que se mantendrán en un futuro indefinido elecciones limpias, competitivas y regulares y si esta expectativa es compartida por la mayoría de los actores políticos y la opinión pública, si múltiples actores invierten

¹ Por analisar o período de 1995 a 2010, o presente trabalho não considera as posteriores mudanças de conjuntura política - especialmente no que diz respeito ao Brasil.

estratégicamente sus recursos suponiendo la continuidad de las elecciones y de las autoridades electas, y si las libertades contextuales son razonablemente respetadas, entonces, *ceteris paribus*, es probable que la poliarquía subsista² (O'DONNELL, 1996, p.11).

Para além da institucionalização do regime democrático nos dois países, é importante atentar para o fato de que durante a década de 90, embora as condições econômicas tenham melhorado em comparação aos anos anteriores, “os países latino-americanos foram destruídos por dolorosos ajustes estruturais e pelos conflitos políticos que, inevitavelmente, acompanharam as reformas econômicas” (POWER e JAMISON, 2005). Neste trabalho considera-se que para melhor compreensão da cultura política na América Latina, é fundamental considerar o desempenho econômico e como isso afetou o apoio e a satisfação para com regime democrático. Os padrões a serem considerados são as heranças políticas, históricas e sociais da Argentina e do Brasil.

Para atingir o objetivo já supracitado, sistematicamente será necessário:

- a) revisar as análises sobre fatos históricos, políticos, econômicos e sociais da Argentina e do Brasil;
- b) analisar as mudanças dos indicadores econômicos dos países através de dados do Banco Mundial;
- c) analisar as mudanças dos indicadores de cultura política nos países através do Latinobarômetro;
- d) verificar a existência de relação e impacto entre as variáveis econômicas e as variáveis culturais.

Considera-se que as percepções e atitudes políticas nos dois países em relação à democracia refletirão problemas histórico-institucionais e econômicos; os anos de democracia consolidada coincidiram com os anos de mudanças na economia e, conseqüentemente, de mudanças consideráveis na vida da população. Assim, “a imagem política que se tem da América Latina é de natureza híbrida, na medida em que avanços formais da democracia não

² O'Donnell acrescenta que os atores políticos não necessitam serem todos democráticos, desde um ponto de vista subjetivo. É suficiente que estejam convencidos de que as eleições são a melhor opção estratégica e que os atores autoritários estejam politicamente ilhados.

encontram um desenvolvimento paralelo na dimensão social” (BAQUERO, 2011, p. 26). Considerando este padrão de cultura política híbrida, proposto por Baquero (2011), a hipótese é, então, de que nos anos de crises econômicas e institucionais, a percepção positiva das pessoas a respeito do regime político diminui e as predisposições autoritárias se mostram mais evidentes.

Em um primeiro momento serão revisadas as análises sobre fatos históricos, políticos, econômicos e sociais da Argentina e do Brasil. O propósito dessa seção, conforme o objetivo específico a), é compreender as trajetórias históricas dos dois países, delinear seus processos de transições políticas e situar os principais acontecimentos políticos e econômicos que aconteceram, tanto nos períodos não democráticos, quanto na democracia estável recente – do início da década de 90 a 2010.

O capítulo seguinte é dedicado à análise dos dados quantitativos: serão examinados indicadores econômicos, provenientes do banco de dados do Banco Mundial, e indicadores de cultura política, com dados oriundos do Latinobarômetro. Nessa parte, prevista pelos objetivos específicos b), c) e d), poderão ser feitas as associações entre a opinião pública e a situação vivida pelo país no âmbito econômico. A última parte, reservada às conclusões, busca discutir os resultados encontrados, articulando as dimensões estudadas (histórica, cultural e econômica).

2. METODOLOGIA

2.1 *O Método Comparativo*

O método comparativo possibilitou importantes avanços em pesquisas das Ciências Sociais. Utilizado já em estudos clássicos, como em Aristóteles, as discussões foram impulsionadas pelo trabalho de John Stuart Mill “*Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*”, em 1843. Essa obra de Mill procurou estabelecer regras fundamentais para o raciocínio lógico e científico, na qual a comparação poderia ser feita a partir do método da concordância ou da diferença. Segundo o autor, no caso da concordância, quando dois casos têm apenas um ponto em comum, essa “circunstância única” é a causa – ou efeito – do fenômeno. As comparações a partir das diferenças buscam “o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenômeno a ser estudado. Nesse caso se comparam um caso onde ele ocorre e um onde não ocorre” (GONZALEZ, 2008, p.1). Esses dois princípios propostos por Mill influenciaram Durkheim, que passou a aplicá-los nas investigações das Ciências Sociais, tendo destaque na obra “*O Suicídio*”, de 1897. Posteriormente, Weber desenvolveu em “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (1905), o comparativismo histórico, onde se buscavam tipos ideais para a comparação.

Apesar de utilizarem o método comparativo, os estudos sociais de Durkheim e Weber possuem distintas estratégias: enquanto Durkheim utiliza a comparação a partir da *variable-based*, Weber utiliza a estratégia *case-oriented*. Na primeira estratégia, a diversidade histórica é considerada um obstáculo para as generalizações abstratas e explicações funcionais; na segunda, a história é considerada fundamental não só para a elaboração de tipos ideais, como para generalizações concretas. Frequentemente utilizadas em contraposição, Ragin e Zaret (1983), sugerem que uma combinação metodológica pode ser mais interessante que “caricaturar” as diferenças dos dois métodos em “ciência e não-ciência, sociologia e história, explicação e descrição” (p.749). Como se diferem tanto nas unidades de análise, quanto nas concepções de causalidade, as duas formas não possuem um meio termo capaz de superar suas diferenças. Entretanto, quando combinados, os pontos fortes de cada estratégia podem auxiliar positivamente uma pesquisa comparativa:

As an auxiliary to qualitative historical comparisons, the Durkheimian strategy seems strongest as a preliminary to analysis, as an aid in forming ideal types. As an auxiliary to statistical comparisons, the Weberian strategy can be a useful preliminary, aiding rigorous definition and construction of populations, and a necessary conclusion, explicating causal mechanisms responsible for observed correlations (RAGIN e ZARET, 1983, p. 747).

Na Ciência Política, os estudos comparativos tiveram força na década de 50, a partir do desenvolvimento acadêmico da disciplina nos Estados Unidos, e tinham como preocupação conhecer a organização política de outros países. Inicialmente orientados para a avaliação de questões normativas, esses estudos mostraram-se insuficientes ao analisar países do Hemisfério Sul, que muitas vezes contavam com organizações políticas distintas dos modelos já conhecidos. De acordo com Gonzalez (2008), mesmo com dificuldades, a política comparada perdurou mais pelo seu método que pelo seu conteúdo.

Com o mesmo objetivo dos métodos experimentais, o método comparativo é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno. Segundo Lijphart (1971, *apud* GONZALEZ, 2008, p.5) “o método comparativo é o substituto possível e imperfeito para o método experimental nas ciências sociais” e a diferenciação entre o método estatístico é atribuída, sobretudo, ao valor de N.

A comparação pode ser feita a partir de casos similares e da replicação em diferentes níveis para o estabelecimento de descobertas comparativas. Przeworski e Teune (1970) denominam *most similar systems*, quando as características sistêmicas comuns costumam ser consideradas “controláveis” e as diferenças intersistêmicas são consideradas variáveis explicativas, e *most different systems* quando os sistemas são distintos, e o estudo se concentra em eliminar os fatores sistêmicos irrelevantes para explicar a variação. Apesar das diferenças conceituais, a base da comparação ainda é a desenvolvida por John Stuart Mill: “as diversas classificações do método comparativo são, em geral, baseadas no método das semelhanças, com ênfase na opção pela sua variante, o método das variações concomitantes, por um lado, e o das diferenças, por outro” (GONZALEZ, 2008, p. 7).

Perissinotto (2013) ao escrever sobre a comparação histórica enfatiza que, apesar do N pequeno, este tipo de comparação permite “generalizações historicamente embasadas”, ou seja, permite estar entre um enfoque individual e a formulação de leis universais. Neste sentido, a comparação histórica entre dois casos, por exemplo, pode ser um instrumento para identificação

de semelhanças e diferenças, além de permitir assinalar a “especificidade dos padrões detectados, válidos para certas épocas e regiões do planeta” (PERISSINOTTO, 2013, p.157) a partir do conhecimento do processo e da sequência dos fatos.

Como aponta Geary e Pinillos (2004, p. 101), estudos comparados que partem de uma correlação estática, onde os níveis de riqueza nacional explicariam os tipos de regime político em um momento dado, podem representar uma fotografia. Essa fotografia, ou a última cena de um filme, mostra onde os atores retratados estão, mas não informa como eles chegaram a tal situação. Em referência a O’Donnell, as autoras argumentam, portanto, que considerar um “filme” ampliaria o horizonte explicativo.

De tal forma, a opção por iniciar a pesquisa comparando Argentina e Brasil de maneira a considerar seus padrões históricos, políticos, econômicos e sociais, justifica-se por “recuperar fatos cuja presença (e articulação entre eles) for fundamental para a produção do fenômeno que se pretende explicar” (PERISSINOTTO, 2013, p.158). Opta-se, portanto, por *reconstruir la película*.

3. DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA

3.1 *Democracia*

O termo “democracia” vem sendo utilizado desde suas origens gregas para explicar uma heterogeneidade de fenômenos. Faz-se necessário, então, um breve apanhado das principais ideias acerca deste termo para que se consiga uma visão geral das mudanças e diferentes entendimentos do que se é uma democracia.

Especificamente no contexto político, a palavra derivada de *demokratia* (demos: povo; kratos: governo) significa uma forma de governo na qual, em contraposição às monarquias e às aristocracias, o povo governa (HELD, 1987). Ainda que se reconheçam essas origens, o sentido do termo democracia adotado neste trabalho difere muito daquele utilizado há mais de dois mil anos. Em uma sociedade com organização distinta da atual, o sentido de *demos* (povo) era diferente: pressupunha a participação dos considerados cidadãos da polis, aproximadamente 10% da população ativa, sendo excluídos os estrangeiros, mulheres e escravos (CREMONESE, 2012). A participação direta dos cidadãos em assembleias e em funções legislativas e jurídicas da cidade caracterizou este modelo de democracia como “democracia pura”. A ação da política democrática ateniense se estendia a todos os assuntos comuns da cidade-estado (HELD, 1987), diferente dos modelos que viriam em seguida.

Segundo Cremonese, “a complexidade da sociedade moderna exigiu outra forma de organização política, a da democracia indireta (também chamada de democracia representativa)” (2012, p. 88). Em seus primórdios, por Democracia Representativa – referente às teorias medieval e moderna – pode-se entender a participação no poder político e a conquista de liberdades individuais contra o Estado absoluto. Além disso, a participação compreende o direito do cidadão assegurado pelo próprio Estado de exprimir sua opinião, de reunir-se ou associar-se com outros visando influir no poder e a capacidade de eleger representantes para o parlamento e ser eleito. Isto é, o governo não necessita ser composto por todo o povo, mas por um grupo de representantes eleitos por esses, e igualmente, a participação ou não é livre autonomia dos cidadãos. Na Democracia Direta – não só referente à teoria clássica, como também à interpretação socialista – o sufrágio universal é apenas um dos pontos constituintes de uma democracia. É fundamental que as decisões políticas e econômicas partam de baixo, ou

seja, da participação popular, por meio da instituição de órgãos de controle e conselhos com poder político. Deste modo, para essa concepção, a democracia não pode se restringir ao âmbito político e formal, mais do que isso, deve abranger as questões econômicas e instituir instrumentos deliberativos compostos pelo povo.

A fim de criticar os ideais da teoria clássica, Schumpeter (1984 [1961]) procura relatar a democracia como ela realmente funciona, ou seja, “mais fiel à realidade” que os outros modelos existentes. Democracia, para Schumpeter, se trata de um método político para chegar a decisões políticas, investindo certos indivíduos com o poder de decidir sobre todas as questões públicas, como consequência de sua dedicação bem-sucedida à obtenção do voto popular. A democracia basear-se-ia na luta entre líderes políticos rivais pelo mandato de governar, sendo assim uma estrutura institucional que garantiria o direito de escolher e autorizar governos para agirem em benefício de uma população. Dessa forma, diferente das variantes clássicas e do ideal do “bem comum”, significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que o governam. Uma das críticas de Schumpeter à ideia clássica do bem comum é a possibilidade de um agente não democrático se apropriar de posições privilegiadas e tomar decisões mais bem aceitas que as decisões tomadas democraticamente – ou seja, implementar “políticas satisfatórias por meios ditatoriais” (HELD, 1987, p.157). A democracia, em sua origem *governo do povo*, seria o *governo do político* que, uma vez eleito, teria toda a ação política como sua responsabilidade.

Na teoria schumpeteriana, o povo – ou o cidadão médio – pode analisar a política de “forma infantil” (SCHUMPETER, 1984), assim, o autor justifica o porquê da necessidade de elites competitivas e do alto calibre dos políticos. Essa condição, junto a um corpo burocrático bem treinado, questões constitucionais gerais e um autocontrole democrático garantiriam o bom funcionamento da democracia. Schumpeter, no entanto, ao argumentar que o cidadão médio não se envolve na política e/ou não se interessa por ela, faz com que a esfera política pareça algo distante da realidade. Em situações comuns da vida diária como desemprego e emprego, desigualdade e conflito social, a política tanto se faz presente quanto suscita debates não necessariamente de “forma infantil”. Assim, “não explorar a relevância destas opiniões é reforçar a justificativa da política como método e interromper prematuramente o questionamento sobre a forma mais adequada de democracia” (HELD, 1987, p. 164). Considerar as ideias de Schumpeter dentro do presente trabalho é relevante não só por sua

influência no marco teórico, como também para entender as instrumentalizações de conceitos sobre democracia que viriam a seguir. Ademais, é importante pontuar que, diferente da visão minimalista do autor, procura-se aqui considerar a democracia na Argentina e no Brasil junto à opinião pública com relação a questões cotidianas, ou seja, considerar que, mesmo diferente das teóricas clássicas, a política – para além da disputa entre elites – encontra-se na vida da população.

Assim como Schumpeter, autores da corrente contemporânea denominada pluralista – ou democráticos empíricos – aceitam a democracia como um método, ainda que não concordem com a ideia de centralidade de elites no poder (HELD, 1987, p. 169). Concordavam com a importância das eleições e dos processos eleitorais para assegurar a responsividade dos representantes políticos, mas acrescentavam que para além das eleições e dos partidos, a existência de grupos ativos é crucial para o bom funcionamento da democracia. Ainda que alguns cidadãos se mantenham apáticos e desinformados sobre questões políticas, considerar a importância da participação torna-se um parâmetro distinto da teoria elaborada por Schumpeter: os índices de participação – ou a falta de – podem refletir a saúde da democracia e a confiança naqueles que governam. Dentro da tradição pluralista, segundo Dahl “a teoria democrática deve estar preocupada com processos pelos quais os cidadãos ordinários exercem um grau relativamente elevado de controle sobre seus líderes” (DAHL, 1956, *apud* HELD, 1987, p. 174). De tal forma, o controle político é exercido através das eleições, não só na competição entre elites, como também nas competições políticas entre grupos e indivíduos. Dahl chama de “poliarquia” essa “situação de competição aberta por suporte eleitoral entre uma grande proporção da população adulta” (HELD, 1987, p. 175) que garante, por fim, a segurança da democracia. Segundo a interpretação de Held (1987) acerca da teoria democrática de Dahl, ainda que a elite política tenha um profundo impacto na direção assumida, sua influência só pode ser compreendida para além das eleições, ou seja, o caráter democrático do regime seria assegurado pela existência de múltiplos grupos, e quanto maior a extensão do consenso, maior a democracia.

Como condição empiricamente necessária para uma democracia existir, Dahl (2001, p.63) afirma que as instituições devem proteger direitos essenciais. Assim, para um regime ser considerado uma poliarquia, Robert Dahl (1999), estabelece seis critérios base: a) cargos públicos eleitos; b) eleições limpas, imparciais e frequentes; c) liberdade de expressão; d)

acesso a fontes alternativas de informação; e) autonomia de associações; f) cidadania inclusiva (DAHL, 1999, p. 4).

Necessariamente, os pontos acima indicam que uma poliarquia deve possuir eleições limpas, competitivas e inclusivas, com liberdades políticas e sociais. Amplamente utilizados, esses critérios gerais servem unicamente como conceitos norteadores formais de uma democracia. Considerando o passado autoritário dos países que serão estudados, essas características permitem distinguir, de forma simples, uma ditadura de uma democracia, por exemplo. No entanto, é importante considerar que Dahl utiliza a democracia liberal ocidental como suporte, mais precisamente a estadunidense, de modo que “os ideais e métodos da democracia se tornaram, por padrão, os ideais e métodos dos sistemas democráticos existentes” (HELD, 1987, p. 178).

Para além da conceituação de Dahl, Guillermo O’Donnell (1997) estabeleceu uma caracterização de democracia que contempla os países da América Latina, e, sobretudo, aqueles que passaram por ditaduras cívico-militares. Dado que o conceito de poliarquia referia-se àqueles regimes democráticos representativos e já institucionalizados, O’Donnell fundamenta que os países da América Latina, por estarem em processos de democratização recente, são poliarquias de uma classe diferente. À vista disso, diante do debate acerca das definições de democracia, é necessário postular que os estados e seus regimes políticos estão relacionados de formas diferentes e complexas conforme sua sociedade (O’DONNELL, 1997, p. 262).

A partir da experiência latino-americana e preocupado em estabelecer condições que não possibilitem uma interpretação autoritária, o autor adiciona quatro características à definição do que é uma democracia, são elas: a) os que ocupam as posições mais altas no governo não devem sofrer o término de seus mandatos antes dos prazos legalmente estabelecidos; b) as autoridades eleitas não devem estar sujeitas a restrições severas ou vetos, nem ser excluídas de certos âmbitos de decisão política por atores não eleitos (como as forças armadas); c) deve existir um território indisputado que defina claramente o *demos* votante; d) deve dar-se a expectativa generalizada de que o processo eleitoral e as liberdades contextuais se manterão em um futuro indefinido (O’DONNELL, 1997, p. 308).

Passa-se, então, a considerar parâmetros para pensar a qualidade da democracia diante da complexidade da democratização em diferentes regiões. O’Donnell (1997) contribuiu significativamente para este debate, acrescentando a necessidade de atentar ao desenvolvimento

das dimensões legais de um estado – que valide as liberdades individuais –, a um conjunto mínimo de burocracias que trabalhem junto a estes direitos e a atuação do estado como foco de identidade coletiva. Ao se referir às “zonas marrons”, o autor esclarece que ainda que o regime de determinado país seja considerado democrático, a atuação do estado muito vezes não é. Assim, países com grandes zonas marrons estão envoltos por um estado “esquizofrênico”, onde se mesclam características democráticas e autoritárias (O’DONNELL, 1997, p. 271). As novas democracias da América Latina, ainda que consideradas poliarquias em sentido estrito, dispõem de restrições “extra-poliárquicas”, ou seja, a inefetividade do estado de direito que viola o componente liberal da democracia. Nestes países é possível que, “los campesinos, los residentes en barrios pobres, los indios, las mujeres, etcétera, no reciban un trato justo en los tribunales, ni gocen de acceso a servicios públicos a los que tienen derecho o estén a salvo de la violencia policial” (O’DONNELL, 1997, p. 272).

Também dentro da discussão acerca da qualidade da democracia, Morlino (2007) assinala dimensões que deveriam fundamentar a análise empírica: a qualidade procedimental – o estado de direito (*rule of law*³); as formas de prestação de contas – eleitorais e interinstitucionais (*accountability*); a participação e competição política; e a capacidade de resposta – ou em que medida o sistema corresponde aos desejos dos cidadãos e da sociedade civil em geral (*responsiveness*). O autor aponta também dimensões referentes ao conteúdo, ou seja, quando seus cidadãos, e/ou as associações e comunidade que formam parte, gozam em medida superior aos mínimos de liberdade e igualdade. Com o propósito de ampliar as definições institucionalistas sobre a democracia, Morlino (1998) afirma que em um regime autodenominado democrático, se poderes especiais forem concedidos à militares ou outros atores políticos que possam condicionar e/ou limitar as regras constitucionais e formais, tal regime não poderá ser qualificado como uma democracia. Também, caso aconteça interferência externa nas fronteiras do país, substancialmente o funcionamento do regime democrático nacional será afetado.

3 Dimensão também desenvolvida por Guillermo O’Donnell (2004) em “Why the rule of law matter?”, as competências do estado de direito frente a uma democracia são essenciais pois “only under a democratic rule of law will the various agencies of electoral, societal, and horizontal accountability function effectively, without obstruction and intimidation from powerful state actors. And only when the rule of law bolsters these democratic dimensions of rights, equality, and accountability will the responsiveness of government to the interests and needs of the greatest number of citizens be achieved” (p.32).

Considerando que atualmente Argentina e Brasil já possuem democracias que assimilam as condições de uma poliarquia, a insuficiência em algumas questões “permite interrogarnos sobre lo que aún resta perfeccionar, por encima de ese piso conquistado” (IAZZETTA, 2013, p. 142), como já bem havia evidenciado Guillermo O’Donnell. No debate sobre qualidade da democracia, segundo González (2014, p. 16), “a variável cultural tem sido incorporada não só como elemento explicativo da mudança dos regimes, mas também como elemento de avaliação da qualidade dos regimes existentes”. O presente trabalho procura, então, para além das definições centradas em uma perspectiva institucional, incluir as variáveis referentes à cultura política por entender que esta dimensão é imprescindível para compreender as discrepâncias do desenvolvimento e da consolidação da democracia nas diferentes sociedades.

3.2 *Cultura Política*

O desenvolvimento dos estudos culturalistas na Ciência Política teve como marco o estudo de Almond e Verba (1989 [1963]), que utilizam a expressão *cultura política* para abranger os enfoques da antropologia, da sociologia e da psicologia na compreensão das orientações políticas, relativas ao sistema político e aos seus diferentes elementos. Assim, a partir do conjunto de crenças, sentimentos e valores de determinado país seria possível identificar padrões de comportamento político. A *cultura política* é definida como “orientaciones específicamente políticas, posturas relativas al sistema político y sus diferentes elementos, así como actitudes con relación al rol de uno mismo dentro de dicho sistema” (ALMOND e VERBA, 1989, p.30). Em tal estudo, os autores identificaram três tipos de orientações: cognitiva – o grau de conhecimento acerca do sistema político; afetiva – o grau de identificação com o sistema político; e avaliativa – o julgamento e as opiniões sobre o sistema político do país. Quando combinadas, essas orientações formam três tipos ideais de cultura política: paroquial, súdita e participante. A *cultura cívica* seria a associação dos três tipos anteriores, ou seja, “significa que juntamente com este desenvolvido senso de competência, existe também a confiança e o respeito em relação à classe política e, sobretudo, às instituições que compõem o sistema” (RIBEIRO, 2008, p. 42). Os autores afirmam que a cultura cívica política possibilita o desenvolvimento da democracia em um país, tendendo a buscar sua

estabilidade e mostrando que o sistema democrático está alicerçado ao desenvolvimento dela, exigindo, assim, uma participação ativa do cidadão dentro do sistema político.

Para a realidade latino-americana, é importante utilizar o termo *cultura política* para além do utilizado tradicionalmente por Almond e Verba. De acordo com Castro (2000):

Um conceito de cultura política para a América Latina tem que considerar as particularidades da nossa formação histórica (...). Em suma, não se trata de unicamente conhecer as atitudes ou orientações políticas em relação ao sistema político (Almond, Verba, 1989a), mas de reconhecer que os sistemas políticos dos países da América Latina possuem histórias, dinâmicas e tradições que devem ser resgatadas para que se construam alternativas sociais, políticas e econômicas (CASTRO, 2000, p. 79).

Fundamentalmente os países da América Latina apresentam uma desigualdade social explícita que precisa ser considerada nos estudos de cultura política, como supracitado. A respeito disso, Baquero (2011, p. 35) sustenta que a cultura política desta região foi desenvolvida sob condições desfavoráveis; além das desigualdades, o desenvolvimento institucional da democracia esteve longe da institucionalização cultural. Na década de 90, as mudanças econômicas foram concomitantes à nova democracia, vista como “a grande panaceia de todos os males” (Ibid., p. 35). O neoliberalismo, no entanto, não superou as carências econômicas e sociais dos cidadãos latino-americanos: a expectativa a respeito da solução dos problemas gerou um processo de frustração com a própria democracia (MOISÉS, 1995). Muito menos a democracia mostrou-se diferente dos governos anteriores, já que se mantiveram características elitistas e centralizadores; a cultura política desenvolvida, então, teve como característica a hibridez, na qual traços autoritários e democráticos convivem simultaneamente (BAQUERO, 2011, p. 41).

É importante acrescentar, ainda, o fator desconfiança na formação da cultura política da América Latina. A desconfiança política, segundo Moisés e Carneiro (2008), é associada à insatisfação com o desempenho do regime, ou seja, “tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições democráticas como algo diferente daquilo para o qual se supõe que elas tenham sido criadas”. Mesmo existindo o regime democrático formal, a relação de confiança entre população e instituição se

mostra debilitada, pois permanece o descrédito dos cidadãos, que passam a questionar os princípios do sistema democrático.

O estudo *The Renaissance of Political Culture*, de Inglehart (1988) contribuiu para a continuação do debate proposto por Almond e Verba. De modo geral, Inglehart procurou demonstrar que a cultura política não é apenas uma variável explicativa fixa, como também uma variável interveniente (CAPISTRANO e CASTRO, 2010). Conforme o autor, as configurações culturais, mesmo rígidas, têm um caráter mutável. Ao analisar alguns países da Europa, por exemplo, constatou que na Bélgica o percentual de pessoas satisfeitas com o a vida de modo geral caiu entre 1973 e 1987 – durante os anos de crise econômica. Já na Irlanda, apesar da crise, a porcentagem de pessoas satisfeitas era maior que na Alemanha (onde, segundo o autor, a crise econômica não teve efeitos tão negativos). Assim, além de considerar uma relação de curto prazo entre índice de satisfação e economia, deve se considerar também o impacto da cultura política em determinados países. Segundo Inglehart:

There is a durable cultural component underlying these responses. Virtually any survey response is influenced to some extent by the context in which it is asked and this question is no exception: responses reflect both short-term fluctuations (resulting from immediate economic, social, and political events) and a long-term cultural component (...). Is it true that economic security tend to enhance the prevailing sense of life satisfaction in a society, gradually giving rise to a relatively high cultural norm? Empirical evidence supports this supposition. First, as we have seen, there is a tendency for life satisfaction levels to rise or de decline gradually in response to short-term economic fluctuations. But one might suspect that the observed cross-cultural differences reflect long-term historical experiences over generations or even centuries, not just the past dozen years or so (INGLEHART, 1988, p. 1207-1208).

Levando em consideração as experiências históricas de longo prazo, o autor acrescenta os anos contínuos de democracia à análise. O que Inglehart busca saber é se as instituições democráticas surgiram mais cedo persistiram por mais tempo em sociedades com altos níveis de satisfação geral, do que naquelas caracterizadas por níveis relativamente baixos de satisfação. Através da correlação entre anos de democracia contínua (*society has had continuous democratic institution since...*) e satisfação (*mean satisfaction with life as whole – on scale from 0 to 10*), o autor encontrou uma associação forte, $r = 0,85$. Dessa forma, entende-se que quanto maior o grau de satisfação da população, mais antiga e contínua a democracia.

As associações feitas por Inglehart ajudaram a ampliar o debate acerca da relação de causalidade entre democracia e cultura política. A investigação feita com base no survey Eurobarômetro corrobora com o argumento de que a estabilidade democrática é favorecida por um conjunto de condições econômicas, sociais e culturais (RIBEIRO, 2008). No entanto, é importante fazer referência à crítica de Seligson (2002) a respeito da conexão entre cultura política (atitudes em nível micro) e o anos de regime político (variável macro). A mensuração de dados proposta por Inglehart pode se adequar mais àquelas democracias altamente industrializadas da Europa e da América do Norte, que aos outros casos do mundo. Parte da crítica é importante para justificar o não uso da variável “anos de democracia” no presente trabalho, visto que os dois países estudados possuem uma democracia recente.

Em trabalho posterior, Inglehart e Welzel (2009) avançam no sentido de procurar demonstrar que junto à modernização ocorre uma mudança de valores nas sociedades. Apesar da marca duradoura da herança cultural, os autores defendem a premissa de que o desenvolvimento socioeconômico tende a mudar a posição de uma sociedade nessas duas dimensões de valor, possibilitando o surgimento e a sobrevivência de um regime democrático. Também, para Inglehart e Welzel (2009) a democracia não é um simples resultado da barganha entre a elite inteligente e a engenharia constitucional⁴, mais do que isso, a democracia depende das pessoas e das orientações enraizadas nesta sociedade (2009, p. 18). Utilizando a “teoria do desenvolvimento humano” dos autores, nesta pesquisa entender-se-á que para se compreender um regime democrático, precisa se levar em consideração junto à dimensão institucional, as dimensões socioeconômicas (oriundas da teoria da modernização) e culturais.

De modo geral, os estudos que consideram a cultura política como uma variável explicativa partem de duas dimensões de análise: a herança cultural da sociedade em questão, ou como as estruturas históricas afetam os processos e predisposições políticas, e a maneira como as pessoas, em um determinado momento histórico, constroem suas representações sobre as instituições políticas (SOUZA, 2010, p. 104). Apesar de o termo “cultura política” estar relacionado com questões históricas fortemente estruturadas, entender-se-á aqui como um

⁴ Neste trecho, claramente referindo-se às teorias de Sartori (1982) e Schumpeter (1961).

processo contínuo de mudança e reformulação dos padrões culturais (DIAMOND *apud* RIBEIRO, 2008, p.62).

Seguindo o entendimento de Inglehart (1988), reitera-se a importância de considerar a herança sociopolítica da Argentina e do Brasil (a ser desenvolvida a seguir), e, além disso, analisar as mudanças sociais e econômicas ocorridas entre 1995 e 2010.

3.3 Variáveis econômicas e o apoio à democracia

Ao tratar de examinar em que medida as transformações econômicas influenciaram o apoio à democracia na Argentina e no Brasil, retoma-se de certa maneira o debate acerca da modernização, já supracitado. Para além dos trabalhos de Inglehart, estudos que procuram entender se as democracias são mais duráveis em países desenvolvidos também foram realizados por autores como Lipset (1967) e Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1997).

Para Lipset (1959;1967), quanto mais próspero um país, maiores são as probabilidades de que manterá uma democracia. Essa premissa é justificada, pois, segundo o autor, a intensidade dos conflitos distributivos é menor nos níveis mais elevados de renda. Diamond, a partir de um enfoque mais institucionalista, sugere que “os atores políticos em países mais desenvolvidos podem ser mais propensos a adotar um arcabouço institucional superior no momento em que a democracia é estabelecida” (DIAMOND *apud* PRZEWORSKI, ALVAREZ, CHEIBUB e LIMONGI, 1997, p. 117). No presente trabalho, entende-se que a manutenção da democracia passa pelo apoio político dos cidadãos e da cultura política dos países em questão.

As noções de que a modernização e a riqueza dos países impliquem substancialmente em democracias duradouras acabam por fadar os países mais pobres ou ao insucesso de suas democracias, ou às ditaduras. Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1997, p.118) sustentam que “as democracias podem sobreviver em países mais pobres, caso gerem crescimento econômico com uma taxa de inflação moderada”. De certa forma, mais que a dualidade riqueza/pobreza, a crise econômica aparece com um fator importante na ameaça à estabilidade da democracia: quanto mais a economia cresce, mais a democracia está apta a sobreviver. A inflação também ameaça a estabilidade democrática (PRZEWORSKI, ALVAREZ, CHEIBUB

e LIMONGI, 1997, p. 118) – esta proposição é crucial para o presente trabalho visto o passado hiperinflacionário dos dois países e as passagens por crises econômicas durante a década de 90. No sentido positivo da relação desempenho econômico x política, os autores afirmam que a democracia se sustenta por mais tempo em países onde o nível de desigualdade é declinante, dado que “as pessoas esperam que a democracia reduza a desigualdade de renda, e as democracias estão mais propensas a sobreviver quando o fazem” (PRZEWORSKI, ALVAREZ, CHEIBUB e LIMONGI, 1997, p. 120). Assim, o período de 1995 a 2010 possibilita verificar se, de fato, a redução da desigualdade de renda afetou o desempenho da democracia.

É importante assinalar que o desempenho e a percepção a respeito da democracia serão quantificados em termos de apoio político e confiança. Para Pippa Norris (1999), o conceito de apoio político é multidimensional, pois pode fazer referência a situações e objetos tanto locais quanto ao regime como um todo. Mas, de modo geral, uma das constatações da autora a respeito do apoio político é que a carência de legitimidade do governo pode produzir problemas à sua estabilidade. Se de modo constante o desempenho do governo não é percebido como suficiente pelos cidadãos, isso pode corroer a sua crença na própria democracia. Nas democracias já consolidadas, uma das interpretações a respeito do surgimento de “cidadãos críticos” ou “democratas insatisfeitos” é positiva, visto que pode aumentar as pressões para reformas estruturais e tornar os governos mais responsáveis às questões públicas. Em democracias recentes, seria necessário um “reservatório profundo” de apoio público para fortalecer os regimes em épocas de crise econômica ou de choques externos, para que não voltem ao seu legado autoritário (NORRIS, 1999, p.2). Se a consolidação democrática está incompleta, suas bases podem ser abaladas por uma série de questões, como a corrupção administrativa generalizada, as desigualdades socioeconômicas, as legislaturas fracas, sistemas partidários altamente fragmentados ou predominantes e níveis crescentes de crime organizado violento. Para a autora, “the critical problem facing most semi-democracies at the end of the twentieth century concerns the flawed and incomplete quality of democratic government, more than its persistence or stability.” (NORRIS, 1999, p.7). Frente à multidimensionalidade do apoio político, a adesão a uma cultura política democrática tem sido pensada como uma condição necessária (mas não suficiente) para a consolidação dos mais recentes governos democráticos. A falta de confiança nos atores democráticos cria desilusão para com o ideal de democracia e em longo prazo esta desilusão pode afetar sua estabilidade. Dependendo da sociedade, o

aparecimento dos “cidadãos críticos” pode ser interpretado não só como falta engajamento, mas como condição para a melhoria das instituições.

Dalton (2004) examina as mudanças democráticas considerando que as percepções econômicas predizem o apoio político. Por considerar uma relação de causalidade entre estas duas variáveis, o autor justifica sua escolha por ser o desempenho econômico um dos principais objetivos de políticas dos governos: “the state of the economy continues to be an important predictor of the fate of incumbent governments at election time, and economic policies dominate the political debate in most campaigns” (DALTON, 2004, p.112). Sobretudo na América Latina, ainda que os anos estudados não sejam exclusivamente de eleições, o apoio político pode ter relação com o desempenho econômico visto que, como já elaborado por Baquero (2011) o estabelecimento do regime democrático foi considerado a panaceia de todos os males.

Para além da literatura que discute a relação entre fatores econômicos e apoio político, Dalton (2004) afirma que é importante testar empiricamente estas correlações. Neste sentido, o trabalho de Clarke, Dutt e Kornberg (1993) a respeito das democracias na Europa testa a correlação entre as condições econômicas (taxas de inflação e de desemprego) e satisfação com o processo democrático. Tendo como resultado uma correlação modesta, os autores concluíram que as condições econômicas tiveram um impacto real, mas limitado, no apoio político, em parte porque as experiências econômicas entre as democracias estudadas não passaram por desastres ou milagres econômicos que poderiam mudar significativamente os níveis de apoio político (CLARKE, DUTT e KORNBERG, 1993, p.1015). Os achados de Dalton atentam para as limitações do modelo de desempenho que considera as percepções econômicas negativas junto ao declínio no apoio político. O autor não nega as possíveis relações, mas ao menos nos países analisados (OECD), a relação é baixa. Reafirmando as conclusões de Clarke, Dutt, e Kornberg, Russell Dalton também aponta que para uma correlação mais significativa, seria necessário avaliar situações onde as mudanças econômicas e sociais foram mais profundas. Estes debates apresentados concentram-se basicamente em países que não passaram por declínio real, e sim por taxas mais lentas de crescimento. Assim, dada a implementação do modelo neoliberal, das crises econômicas, sociais e políticas, e de uma posterior melhora na situação da Argentina e do Brasil, defende-se que os dados de cultura política e economia, junto

ao conhecimento das trajetórias políticas dos países, podem indicar uma relação substancial na percepção da democracia dos dois países com os problemas econômicos.

4. ARGENTINA E BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA

Entender certos períodos da história argentina e brasileira é essencial para se compreender a construção das nações de hoje e situá-las no contexto da América Latina. As experiências das trajetórias democráticas e seus percalços podem complementar as explicações sobre o comportamento político das instituições e dos cidadãos – o modo de governar, as percepções e as atitudes políticas. Sendo a cultura política um resultado de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que são reproduzidas ao longo do tempo, a sua análise pressupõe a busca de fatos históricos e estruturais que irão contribuir para a própria composição. As sociedades serão analisadas como “um processo interativo e cumulativo de experiências vividas, cujas matrizes políticas podem ser identificadas pela compreensão de seu processo de formação histórica” (BAQUERO e PRÁ, 2007, p.27).

No entanto, deve-se tomar um cuidado especial à história dos dois países, uma vez que o presente trabalho busca repensar as raízes da cultura política e não apenas recontar suas histórias. Propõe-se, então, uma abordagem que conecte a história e a teoria social, a fim de estabelecer um diálogo entre as trajetórias e o estudo de características contemporâneas das culturas políticas (CAPISTRANO e CASTRO, 2010).

Portanto, a revisão histórica a seguir justifica-se pelo esforço de compreender a cultura política atual, assumindo uma posição interdisciplinar. Os eventos históricos recapitulados são aqueles que, de modo geral, foram considerados importantes para a construção da cidadania e democracia nos países. Deste modo, as próximas subseções trazem uma perspectiva macro de comparação. Do surgimento das Nações, passando pelos governos populistas, pelos golpes militares e posterior reconstrução democrática, a comparação histórica entre Argentina e Brasil não segue necessariamente uma sincronia temporal, e sim, de semelhança dos fatos históricos.

4.1 *Construção Nacional*

A formação do Estado é um aspecto constituinte do processo de construção social, na qual se vão definindo diferentes planos e componentes de uma sociedade organizada (OSZLAK, 1982). Neste sentido, recuperar os fatores históricos da formação efetiva da

Argentina e do Brasil é, também, remontar a construção da cidadania e da relação entre sociedade e aparato institucional nos dois países.

No Brasil Colônia não existiu, de fato, um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia dos direitos civis. Não se falava em cidadãos brasileiros ou em pátria brasileira: os dois estratos principais da sociedade da época, os escravos e os senhores, não estavam em condição de *cidadania*. Os escravos, pela própria condição de mercadoria. Os senhores, pois eram potentados que absorviam parte das funções do Estado. O poder estatal, em suma, terminava na porteira das grandes fazendas, onde as relações entre dono e mercadoria tinham espaço, e a justiça do Rei tinha alcance limitado (CARVALHO, 2013).

Consequência da colonização e do massacre dos povos originários, tanto no Brasil, quanto na Argentina, o grupo político hegemônico era branco. Pela herança escravocrata (um dos fatores mais negativos para a construção da cidadania no Brasil), a sociedade civil brasileira era restrita. Desde a sua formação, o Brasil fora constituído a partir de uma rede personalista de interesses da Coroa que, através da concessão de privilégios a nobres e burgueses, mediava os conflitos existentes, mantendo o poder centralizado e estável. Formou-se, com isso, um patronato (FAORO, 1987), categoria de pessoas aparelhadas burocraticamente em todas as esferas da máquina pública, dependendo e fortalecendo cada vez mais o poder central.

Na Argentina, pode-se considerar que havia um maior igualitarismo e maior possibilidade de ascensão social já desde o início do século XIX. Em seu processo de independência da coroa Espanhola, o país procurou destruir as relações sociais originadas na colônia, embora a manutenção das desigualdades entre as regiões permanecesse. Em termos quantitativos a sociedade argentina era menor, mas em termos qualitativos era compensada pelo maior número de pessoas livres, mobilizadas durante o período de independência e com maior grau – e possibilidade – de envolvimento político (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 44).

Um episódio de independência pode ser considerado como uma oportunidade para a formação da identidade nacional. Enquanto nos vice-reinados espanhóis houve uma mobilização de figuras tidas como libertadoras, no Brasil o conflito militar limitou-se a regiões específicas. Ainda que a independência não tenha sido completamente pacífica, a emancipação do Brasil não implicou em grandes alterações da ordem social e econômica existente, inclusive na forma de governo. A principal característica do processo brasileiro foi a negociação entre a Elite Nacional, a Coroa Portuguesa e a Inglaterra, e a escolha pela monarquia deveu-se a dois

fatores: por um lado, pelo extenso território do país, uma vez que uma República provocaria uma separação em distintas unidades; por outro, pois os escravos ocupavam um terço da população, e, caso fosse instaurada uma república, poderiam provocar uma insurreição aos moldes do movimento revolucionário no Haiti. Assim, segundo Carvalho (2013, p.27) “nada melhor do que um rei para garantir uma transição tranquila, sobretudo se esse rei contasse, como contava, com apoio popular”.

Esse consenso em torno do regime político não existia na Argentina, onde o poder central não era “sagrado” ou respeitado (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 58). A escolha pela forma republicana de governo foi a essência da ruptura com a coroa espanhola: essa opção implicava em uma mudança radical nos princípios da legitimação do poder político que haviam prevalecido durante a fase dos vice-reinados e dava lugar a uma instituição representativa, fundada sobre o princípio da soberania popular (SABATO, 2011, p.9).

As revoluções da América Espanhola nasceram da crise do governo monárquico espanhol. A experiência Argentina e seus construtores – fundamentalmente os setores dominantes de Buenos Aires – não buscaram formar uma unidade política maior ou mais forte, e sim, evitar a separação da região existente e produzir uma transição estável (mas não pacífica) da colônia para a Nação. Diferente do caso brasileiro onde a coroa portuguesa foi peça fundamental dos arranjos da independência, a elite dominante de Buenos Aires aspirou estender o movimento revolucionário local a todas as províncias do ex-vice-reino e assim herdar o controle territorial e político exercido pela Espanha. A Guerra de Independência da Argentina foi o primeiro capítulo de um longo processo caracterizado por enfrentamentos cruéis, mediante os quais os setores que buscavam prevalecer no cenário político tentaram substituir a ordem colonial por um novo sistema de dominação social. A origem local do movimento emancipador e das resistências encontradas por Buenos Aires para constituir-se em um núcleo de organização nacional logo deram lugar a movimentos separatistas e guerras civis que, durante quatro décadas, impediram a formação do estado nacional (SABATO, 2011).

Por certo, têm-se as notórias dificuldades e demora na construção do Estado argentino frente a precocidade e fortaleza do Estado brasileiro (IAZZETTA, 2010, p.23.). Conforme Faoro, no Brasil, desde a sua formação,

O governo tudo sabe, administra e provê. Ele faz a opinião, distribui a riqueza e qualifica os opulentos. O súdito, turvado com a rocha que lhe rouba o sol e as iniciativas, tudo espera da administração pública, nas suas dificuldades grandes e pequenas, confiando, nas horas de agonia, no milagre saído das câmaras do paço ou dos ministérios. *Esse perigoso complexo psicológico inibe, há séculos, o povo, certo de que o Estado não é ele, mas uma entidade maior, abstrata e soberana.* (FAORO, 2001, 471).

O Estado brasileiro seria marcado, portanto, por seu poder asfixiante frente a uma sociedade civil débil (IAZZETTA, 2010 p.30). O padrão de desenvolvimento argentino, ao contrário, teve a expansão do campo político autônomo mais forte e amplo. A existência de um Estado fraco e tardio produziu na Argentina maiores condições para a emergência de um regime liberal democrático. A ampliação da competência, em términos de expansão da cidadania e participação política, ocorreu, portanto, de maneira mais ampla e precoce na Argentina. (IAZZETTA, 2010, p.31)

O caso do Rio da Prata mostra que, ainda que o propósito de constituir uma cidadania moderna já tenha aparecido no começo dos processos de independência e que a linguagem da época já indique a presença do cidadão, as formas de participação política predominante foram distintas. Na Argentina, os debates acerca da cidadania remontam, sobretudo, à década de 1880, após os longos anos de batalha e a resolução dos conflitos entre Buenos Aires e os caudilhos do interior. No Brasil, esse debate durante a formação do Estado Nação – que seria um dos possíveis motores da cidadania e da construção de uma consciência política brasileira – não foi efetivo, já que o processo de independência foi rápido e a participação popular, quase nula (CARVALHO, 2013, p. 28).

Com relação ao aparato formal da construção do estado nacional brasileiro, houve um esforço para estruturar uma Constituição. A primeira Constituição brasileira nasceu imposta pelo Imperador. Segundo essa Constituição Outorgada, que de acordo com Carvalho (2013) poderia ser considerada mais liberal que em muitos países da Europa, quase toda a população masculina, inclusive os analfabetos, podia votar e ter alguma participação na vida política (menos os escravos). Ainda com respeito ao lado formal dos direitos políticos, Carvalho (2013, p. 31) assinala que um lado positivo da Constituição foi a ininterrupção das eleições – de 1822 até 1930 – com suspensões apenas em casos excepcionais, como na Guerra contra o Paraguai ou na Proclamação da República. Na Argentina, a partir da Revolução de Maio as eleições também ocuparam um lugar central no cenário político. Para Sabato (2011), embora as

diferentes normas e leis regulamentassem o exercício do sufrágio e as práticas eleitorais, em todos os casos, para acender ao poder público, eram necessários votos dos cidadãos.

Ainda que os dois países gozassem desses avanços formais quanto às atribuições e direitos individuais, na prática, as aplicações eram muito relativas. O brasileiro não estava acostumado a exercer sua cidadania durante a Colônia, e, certamente “não tinha também noção do que fosse um governo representativo, do que significava o ato de escolher alguém como seu representante político” (CARVALHO, 2013, p.32). O que estava em jogo era a continuidade do domínio político local, e o votante, então, participava das eleições mais como um ato de obediência, lealdade ou gratidão para com o chefe local, e não como um ato cívico. Logo o voto começou a ser mercadoria, e diante das práticas de compra e venda de votos – alegada pela elite como consequência do voto de analfabetos – em 1881 o voto passou a excluir aqueles que não sabiam ler nem escrever. Em um momento de ampliação de direitos políticos no mundo, o Brasil caminhou para trás (CARVALHO, 2013). Em que pese esses “passos para trás”, a participação eleitoral era muito alta em relação à Argentina conquanto o sistema argentino fosse formalmente mais aberto (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 75).

A participação popular, ou o controle dela, acontecia em meio às práticas coronelistas e caudilhistas. No Brasil, houve um forte debate acerca da pureza dos atos eleitorais, da representação da oposição, do sufrágio da época e da participação política. Na Argentina as queixas eram semelhantes, mas referenciavam-se mais às más práticas que ao modelo político em si. Isso, pois, segundo Fausto e Devoto (2004, p.71), a Constituição Argentina de 1853 encerrou muitos dos debates sobre o modelo de país e sistema político.

Com todas as debilidades da política, comparando com a Argentina, o Brasil possuía vantagens institucionais, pois contava com uma burocracia herdada de Portugal e um ordenamento institucional mais sólido⁵. A constituição de 1824 já estabelecia, por exemplo, a centralização do poder e a organização formal do Estado. Na Argentina, as tentativas de unidade formal acabaram por gerar uma fórmula própria: cada província era independente, mas delegava algumas funções – como as relações exteriores – ao governador da província de Buenos Aires.

5 “Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo — o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência” (FAORO, 2001, p. 101).

Essa debilidade formal mantinha, de certo modo, a supremacia política de Buenos Aires e a autonomia de cada província (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 54-55). A supracitada Constituição Argentina de 1853 estabelecia uma Nação indivisível, mas federal, ao molde estadunidense (SABATO, 2011), e essa fórmula em parte dava conta das diferenças regionais, pois determinava uma presidência forte, ao mesmo tempo em que permitia a representação provincial no Senado e no Congresso Nacional. Segundo Fausto e Devoto, isso gerava uma estabilidade de caráter ambíguo, pois equilibrava o poder econômico da capital e o poder político do interior. Apesar da instabilidade do funcionamento do sistema, “os governos centrais eram estáveis, enquanto no Brasil, o sistema contava com estabilidade, porém, os governos não” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 68).

Entendendo a cultura política também como resultado de um processo de socialização e educação (RENNÓ, 1998, p. 71), compreende-se aqui a importância das bases educacionais nos projetos de Nação. O incipiente Estado brasileiro deu pouquíssima importância a um projeto educacional, especialmente dos ensinamentos fundamental e médio. Ao contrário, na Argentina, a educação foi um dos pilares do Estado, e o tema da educação pública gratuita e universal foi tema recorrente nos discursos das elites dirigentes (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

A questão central no Brasil da época era a escravidão, debate praticamente inexistente na Argentina. Nesta, não existiam divergências substanciais com respeito às soluções para questões sociais como no Brasil. O agrupamento ideológico da Argentina não se encontrava nos partidos, e sim nas agremiações de representação regional. O personalismo político e a debilidade dos partidos forçaram uma série de mecanismos de reivindicação e participação, como as já citadas agremiações e clubes políticos, as lojas de maçonaria e a imprensa militante⁶. Podem-se considerar essas características elencadas como algumas das gêneses da cultura política argentina. No Brasil, as diferenças ideológicas entre os partidos eram mais marcantes. A representação e a mobilização eleitoral – no sentido estritamente partidário – eram mais fortes, ao menos entre as elites; na Argentina, “as posições de poder e a sucessão presidencial eram resolvidas no embate entre personalidades” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 73).

⁶ Segundo Fausto e Devoto (2004) esses foram os principais recursos de participação informal, revelador de alta mobilização da sociedade.

Destarte, constata-se que a formalização política foi mais consolidada no Brasil. Porém, a prática política esteve nas mãos de elites proprietárias homogêneas, e, portanto, a lógica pública era menor que na Argentina, onde as elites eram heterogêneas e necessitavam regularmente de acordos para manter o projeto de Nação funcionando.

O século XIX no Brasil esteve, então, marcado por uma independência sem participação popular e pelo subsequente esforço da construção estatal, caracterizado pelas tentativas de fortalecer o poder central, secularizar e racionalizar a administração pública. De isso tudo, percebe-se que a questão normativa foi mais presente na política brasileira que na argentina. Construiu-se uma cidadania de cima para baixo, dentro da hipótese da tradição ibérica de iniciativa estatal (CARVALHO, 1996, p. 354).

Na Argentina, a conformação do Estado durou quase sete décadas, passando por guerras civis e enfrentamentos dos diversos interesses. O moroso período, no entanto, já havia em sua gênese a república e a soberania popular – as disputas diziam mais respeito à centralidade do bloco de poder. Não havendo discussões a respeito do modelo político e social do país, os partidos eram ideologicamente fracos e a política partidária refletia as características pessoais de seus líderes: na época a referência aos projetos políticos já eram termos como o “rosismo”, “mitrismo” e “alsinismo”⁷. A debilidade partidária abriu caminhos para outras formas de participação, e, segundo Sabato, ainda que a cidadania tenha sido impulsionada de cima, “em um curto período de tempo a sociedade produziu a mobilização e o reagrupamento de pessoas que passaram a ocupar um lugar político diferente daquele que haviam tido durante o período colonial” (SABATO, 2011, p. 93).

A cultura política brasileira também teve o personalismo como parte constitutiva, porém contava com suas próprias peculiaridades. Sérgio Buarque de Hollanda (2007), em sua obra “Raízes do Brasil”, afirma que o país é herdeiro de uma nação ibérica e de uma cultura personalista, em que os vínculos pessoais têm sido mais decisivos nas relações sociais e políticas. Esses vínculos pessoais, segundo o autor, se estenderiam para o campo político, o Estado, onde o predomínio constante das vontades particulares encontrava um ambiente próprio. Com o legado negativo do colonialismo e da escravidão, uma elite despótica e uma

7 Referentes aos políticos Juan Manuel de Rosas (1829-1852), Bartolomé Mitre (1862-1868) e Adolfo Alsina.

sociedade fundamentalmente autoritária, o “homem cordial” – aquele que reflete a presença contínua e soberana do indivíduo dentro do sistema de poder patriarcal – encontraria o exercício contínuo de seu poder na estabelecida “ditadura das fazendas” (HOLLANDA, 2007), institucionalizada a partir da Proclamação da República.

4.2 República dos Coronéis e República Conservadora

A república oligárquica, comum aos dois países, perdurou por mais tempo no Brasil que na Argentina. O Brasil, ao pôr fim ao Império e instaurar a República em 1889, iniciou um período em que a aliança entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais permitiu a permanência destas no poder até 1930. Na Argentina, o período equivalente durou de 1880, quando os políticos da *generación del 80* concluíram a organização nacional, e durou até 1912.

Os dois países, agora com regimes fundados sobre o mesmo princípio, estabeleciam a divisão entre os poderes da República, fixavam as competências da União/Governo Federal e dos estados/províncias, fundamentados pela Constituição (de 1853 na Argentina, e de 1891, no Brasil). Embora os dois países experienciassem um regime político republicano, as estratégias adotadas pelas elites foram diferentes. Em suma, a República Oligárquica no Brasil significou a retirada do Estado da vida da população e deu mais poder aos entes federados. Na Argentina, o período da República Conservadora traduziu-se em uma maior atuação do Estado e da União mais fortalecida, uma vez que os empasses entre as províncias foram resolvidos. O país, a partir de 1880, finalmente gozava de um período de estabilidade política e expansão econômica.

Ainda que prevalecessem as características conservadoras neste período republicano da Argentina, houve uma forte influência progressista. As inversões estrangeiras da época foram convertidas em infraestruturas estatais, sobretudo naquelas condizentes à educação pública, gratuita e laica (decretada por lei) – um dos grandes pontos desenvolvidos na busca pela homogeneização de uma sociedade heterogênea, orientando-se pela ideia de Nação.

Destarte, nesse período, houve uma ampliação da presença da política na vida dos argentinos, enquanto no Brasil resultou em uma diminuição da esfera política face ao clientelismo. Em um Brasil agora descentralizado, o voto para presidente do estado e prefeito, que deveria aproximar a população da política, acabou por dar continuidade às práticas

fraudulentas do período anterior, dando legitimidade ao poder dos coronéis (CARVALHO, 2013, p. 42). Na Argentina oligárquica, as imigrações massivas e a impossibilidade de ascensão à terra forçaram a urbanização antes mesmo da industrialização. A sociedade argentina passou por um período de mobilidade intrageracional, ou seja, entre os imigrantes que ascenderam socialmente nas cidades. Pode-se considerar que essa foi a dinâmica embrionária da classe média na Argentina, e Fausto e Devoto (2004) destacam que, essa urbanização e a amplitude do sistema educacional possibilitaram um maior grau de participação política. O Brasil urbanizou-se muito menos que a Argentina nesse período, sendo definido como:

um país maciçamente rural, com uma população dispersa, constituída por ex-escravos, descendentes de escravos e uma massa de pobres livres que desde os tempos coloniais estavam à margem do processo da constituição da cidadania, já de si em lenta formação. (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 201).

Ao baixo nível educacional da população e a negligência das elites políticas em desenvolver uma base sólida de educação, soma-se a política privada do coronelismo. Segundo Carvalho (2013, p. 56), esse sistema impedia a participação política e negava os direitos civis. A lei era criada e executada pelo coronel, e “seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele”.

Nesse contexto, os graus de participação no período de 1890 a 1937 foram nitidamente maiores na Argentina. Também, e diferindo-se dos anos anteriores, houve maior articulação política dos partidos na Argentina dessa época, fruto da inquietação frente ao restrito “clube dos notáveis”. Em 1890, diante de uma crise econômica e institucional, um grupo de políticos considerados à margem uniu-se para derrubar o poder e reivindicar uma possibilidade de competência política. Surgiu, nessa ocasião, a União Cívica Radical (UCR), partido que teve protagonismo em grande parte da história política argentina. O partido, que inicialmente buscava uma revolução, passou a concorrer através da legalidade a partir de 1905. Já no Brasil, houve o caminho inverso do trilhado pelos partidos políticos na Argentina: aqui, ao longo da Primeira República, o país contou basicamente com partidos regionais que refletiam o clientelismo e o domínio do grupo dos notáveis locais (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 192).

A Argentina, que no século XIX estava atrasada em comparação com o Brasil e suas leis eleitorais, avançou em 1912, com a sanção da Lei Sáenz Peña. Ainda que excluísse as

mulheres e os estrangeiros, a lei determinou medidas eficazes para combater a fraude eleitoral. O voto, então, passou a ser secreto, enquanto no Brasil ainda era aberto, facultativo e sujeito a fraudes.

Os clubes políticos argentinos continuaram sendo um lugar importante de sociabilidade política para além dos partidos. Com relação às lideranças políticas da época, os dois países apresentaram diferenças cruciais: a prática oligárquica do café-com-leite, no Brasil, sustentou uma elite regional e a relação entre política-sociedade estava baseada na lealdade de uma população; na Argentina, ainda que tenham existido os líderes oligárquicos distantes do povo, surgiram também lideranças populares, como por exemplo, Leandro Alem e Hipólito Yrigoyen (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 199).

Findo, de certa forma, o regime oligárquico conservador na Argentina, a eleição de Yrigoyen marcou o início de uma ampliação democrática. Enquanto o Brasil ainda estava inserido na lógica oligárquica e sua cidadania restrita, a Argentina em 1916 inaugurava uma etapa institucional e social substancialmente inovadora (ROMERO, 2014).

O triunfo da UCR foi o primeiro passo de uma reforma política pacífica e da ampliação da sociedade civil. Ainda no período oligárquico, as diversas associações de fins específicos – desde as de fomento urbano até as associações rurais – contribuíram na gestação de experiências primárias de participação direta e desenvolvimento de habilidades que a política requeria (ROMERO, 2014). Iniciou-se, nesses ambientes, a formação do novo cidadão argentino, resultado também das políticas educacionais e da mobilidade intergeracional⁸. A partir de 1912, a prática eleitoral se converteu em rotina e a brecha entre Estado e sociedade foi diminuindo ao longo do período.

O governo de Yrigoyen, ainda que contasse com o amplo apoio popular, teve sua administração marcada por forte oposição no Congresso. O presidente, então, utilizava de formas tradicionais de governo, pois suas tomadas de decisões eram sobrepostas às instituições. Isso minou o mecanismo institucional, também próprio das democracias, que não chegou a constituir-se plenamente (ROMERO, 2014). Portanto, é importante assinalar que, ainda que a

8 No período dos chamados “Governos Radicais”, de 1916 a 1930, nota-se um fluxo de mobilidade ascendente e intergeracional, pois os descendentes de imigrantes passaram a gozar de direitos políticos e sociais que seus familiares não possuíam.

construção da cidadania estivesse na vanguarda quando comparada ao Brasil, alguns aspectos substanciais do sistema político argentino continuaram. Segundo Ansaldi, a reforma institucional manteve um sistema bifacial de mediação política e da lógica corporativista. Além disso, as estruturas componentes e práticas da cultura política da Argentina não mudaram com a reforma, uma vez que se mantiveram as práticas políticas caudilhistas, clientelistas, intolerantes e, muitas vezes, fraudulentas (ANSALDI, 2000).

O período de vigência dos governos radicais argentinos implicou em uma ampliação da cidadania, induzida pelo Estado e finalmente assumida pela sociedade, com o aumento da participação até o fim de 1930. No entanto, esses governos não lograram avançar suficientemente para que as instituições mais democráticas se fortalecessem na sociedade como um valor a ser defendido (ROMERO, 2014, p. 75). Assim, a assunção do General Uriburu praticamente não sofreu resistências. A restauração conservadora, conhecida pela historiografia argentina como *la década infame*, durou de 1930 até 1943 e teve seu início de forma acordada, aos moldes brasileiros.

Nos dois países, então, os poderes vigentes caíram em 1930, no Brasil de forma mais violenta que na Argentina. Nessa, o processo originou-se do acordo entre os generais Justo e Uriburu e do descontentamento das elites conservadoras frente aos anos de governos radicais. No Brasil, o fim da República do Café com Leite partiu da articulação de políticos integrados no regime oligárquico (mas em oposição a São Paulo) e de parte do Exército (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 241).

Em comum, nos dois processos houve a intervenção do Exército, porém os modelos aspirados eram diferentes. No Brasil, almejaram a construção de um Estado forte, de um novo país. Na Argentina, ao contrário, o movimento de 30 procurou um retorno ao passado, à suposta “idade de ouro” do país, que os setores conservadores consideravam destruída pela democracia yrigoyenista. Estes setores conservadores, foram os que, em suma, mais se beneficiaram do golpe de 30, pois o episódio foi a possibilidade do retorno ao poder

4.3 *Mudanças da década de 30*

Tanto no Brasil, quanto na Argentina, o ano de 1930 foi um divisor de águas. No Brasil, primeiramente, a forma como a República Velha foi derrubada diferenciou-se das experiências de transição brasileiras anteriores. Se a independência teve participação popular quase nula e a proclamação da república foi um episódio onde o povo assistiu “bestializado”, a mobilização de 1930 levou o debate a uma parcela da população e envolveu muitos civis nos estados rebelados (CARVALHO, 2013, p.96).

Getúlio Vargas chegou ao poder em outubro de 1930 a partir de um golpe militar com o apoio dos tenentes e contra a eleição de Julio Prestes. Frente à herança da política café com leite e o protagonismo do Sudeste, os tenentes propunham uma maior uniformidade na atenção às necessidades básicas de cada estado, planos econômicos distintos das necessidades de São Paulo e Minas Gerais, a instauração de uma indústria básica e um programa de nacionalizações. Para realizar estas reformas, necessitavam contar com um governo centralizado e estável, de tal forma que a centralização no plano político se estendeu também para o plano econômico.

Assemelhando-se da Argentina ao ter o protagonismo militar no processo de transição, é importante destacar que o exército no Brasil possuía suas bases distintas das formadas por Urriburu e Justo. No Brasil, pela independência sem guerra civil, não houve caudilhos militares ligados à grande propriedade de terra. Sendo assim, o Exército não era uma força consoante às oligarquias, como na Argentina, e sim, uma força que disputava o poder com elas.

Ainda que o poder na Argentina estivesse em disputa pelos militares, a revolução de setembro de 1930 foi bicéfala (FLORIA e BELSUNCE, 1988), pois os projetos pretendidos eram distintos. Por um lado, estava a capa do exército que representava os partidários de um regime corporativo e que buscava uma reforma constitucional; por outro, estavam aqueles que somente desejavam restaurar a ordem constitucional modificada pelas práticas yrigoyenistas e convocar eleições o mais rápido possível. Urriburu, representante do primeiro grupo, assumiu a presidência através de um acordo com Justo (representante dos segundos ideais), e governou a Argentina de 1930 a 1932.

O primeiro presidente da *década infame* viu-se diante de uma Argentina resultante da crise de 1929. Comparada aos anos anteriores, o início da década de 30 contou com uma mobilização social escassa, paralisada pela depressão econômica. O projeto político de Urriburu

concentrou esforços para tentar imitar o exemplo italiano, mediante a criação de um agrupamento paramilitar, cujo objetivo principal era constituir um embrião de uma agrupação política sustentadora de um novo regime.

Os anos iniciais da década de 30 foram de transições e disputas de poder. De fracasso em fracasso, o governo de Uriburu acabou ilhado completamente da sociedade argentina, sendo substituído por Justo, que governou a Argentina de 1931 até 1938.

Justo se apresentou como um militar com vocação civil, mas que contava, sobretudo, com grande respaldo do exército (ROMERO, 2014, p. 80). Sua estratégia de governo foi baseada no equilíbrio das diversas forças da Argentina da época, tendendo claramente ao lado dos conservadores, que eram sua base mais sólida (ROMERO, 2014, p. 82). Ademais, seu governo baseou-se em uma trípole de poder: a fraude eleitoral, as intervenções nas províncias e a violência política. Na questão social, a política social de Justo iniciou com um número alto de desempregos, uma onda de demissões, redução de salários e desconhecimento das leis sociais. No campo, os pequenos proprietários arruinados migravam para a cidade em busca de trabalho. Considera-se que, nessa época, tenham se originado as “villas miserias”, bairros precários das cidades.

O crescimento industrial da Argentina concentrou-se naquelas empresas pequenas e médias orientadas para o consumo interno. O fenômeno, ainda que não alterasse o nível de concentração econômica do país, democratizou o mercado e deslocou a aliança de classes que havia mantido o poder no grupo dos conservadores. Essa foi uma das razões pelo qual o governo de Justo ruiu e deu início às transições traumáticas entre governos civis breves e militares, entre 1938 e 1943⁹. Ainda que a reorientação econômica tenha tido um relativo êxito, a presidência do general Justo foi considerada ilegítima pela sociedade, pois era fraudulenta, corrupta e alheia aos interesses nacionais (ROMERO, 2014, p. 92).

No Brasil, em 1932, a falta de governabilidade do governo central contribuiu para o início de uma guerra civil em São Paulo. Os tenentes tinham como oposição a maioria da população paulista, que gravitava ideologicamente em torno da elite regional e defendia a constitucionalização do país com base nos princípios da democracia liberal. Embora o governo

9 O Gral. Agustín P. Justo governou de 1931 a 1938, sendo substituído pelo civil Roberto M. Ortiz (1938-1940). Após Ortiz adoecer, foi substituído por seu vice, Ramón S. Castillo (1940-1943).

central fosse vitorioso, percebeu a impossibilidade de ignorar a elite paulista, e os derrotados perceberam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. Consequência do movimento paulista foi a convocação para a Assembleia Geral Constituinte em maio de 1933. A campanha eleitoral demonstrou um crescimento da participação popular e das organizações partidárias. As eleições que se deram em 1933 já foram regidas sob novas regras eleitorais, como o estabelecimento da Justiça Eleitoral, o voto secreto, o sufrágio universal direto aos 21 anos, a permissão de candidaturas sem partidos e o voto feminino (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Em 1934 a Assembleia Constituinte promulgou uma nova Constituição, baseada na constituição alemã de Weimar. Desta forma, estabelecia-se uma República Federal, com legislações referentes à ordem econômica, a família, a educação e cultura, e a segurança nacional. A Constituição era claramente nacionalista: previa a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais, por exemplo. Com relação à educação, finalmente estabelecia o ensino primário gratuito e obrigatório, além do ensino religioso optativo e aberto. Segundo José Murilo de Carvalho (2013), o estabelecimento da educação foi de suma importância para a constituição da cidadania no país, pois num país de analfabetos, a educação era um problema central na formação dos cidadãos.

Getúlio Vargas foi eleito presidente da república por voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, com mandato até 1938. O ano de sua ascensão foi marcado por reivindicações e tumultos oriundo de determinados setores da classe média trabalhadora. Greves eclodiram em várias cidades, e aconteceram paralisações no setor de serviços. A partir desse momento, o PCB iniciava os preparativos de insurreição, o que resultou em uma tentativa de golpe militar. O levante foi um completo fracasso, mas teve consequências graves, já que legitimou a implementação de uma repressão abrangente e o início de uma escalada autoritária.

José Murilo de Carvalho (2013) destaca que entre 1930 e 1937 o Brasil viveu uma fase de grande agitação política, envolvendo, ineditamente, vários grupos sociais como os operários, classe média, militares, oligarquias e industriais. Na Argentina, com relação à participação social da época, o movimento sindical ressurgiu a partir de 1934 e teve protagonismo durante toda a década, acompanhando o ciclo econômico industrial. O Estado Argentino não ignorou a importância deste ator social. O presidente Ortiz, sucessor de Justo, manteve, por exemplo, um

bom relacionamento com os ferroviários e procurou formar a partir deles uma base de apoio popular, intervindo diretamente em seus conflitos internos (ROMERO, 2014, p. 97).

Também, e apesar da interferência militar de 1930, a democracia concedida em 1912 se arraigou lenta e progressivamente na sociedade argentina. Uma rede de associações de diversos tipos contribuiu para a formação de cidadãos, para o desenvolvimento de hábitos e de práticas de participação. O surgimento de cidadãos educados (ROMERO, 2014, p. 100) certamente teve um desenvolvimento desigual, porém foi capaz de afirmar-se como força social em que pesem as restrições do Estado e as práticas fraudulentas. No entendimento de Romero (2014), talvez os partidos argentinos não soubessem canalizar e dar forma a esses movimentos democráticos, encontrar o ponto de acordo entre eles e adotar uma posição realmente opositora: aqueles que deveriam enfrentar os governos fraudulentos acabaram por acentuar o progressivo descrédito cidadão. Além disso, o Estado contribuiu muito com a desqualificação dos partidos políticos e do sistema representativo. Enquanto a política estava associada à fraude, o Estado encarava a negociação das questões de governo diretamente com os distintos atores (sindicatos, empresários, forças armadas, igreja, etc.) ignorando o Congresso e os partidos políticos (ROMERO, 2014, p. 100).

Desta feita, ainda que tenham ocorrido eleições conforme o cronograma durante a década de 30, elas eram fraudulentas. Segundo Seoane (2004, p.55), a fraude eleitoral chegou a ser considerada uma forma de patriotismo para alguns dirigentes conservadores, pois era uma forma imprescindível de evitar a volta dos radicais. Entretanto, os conhecidos esquemas de fraude e as presidências impopulares, tanto de Ortiz, quanto de Castillos, acabaram por fragmentar o poder e as instituições políticas do país (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 270), ao contrário do que acontecia no Brasil.

O fim da década infame produziu uma transição econômica e social definitiva para a conformação de um novo movimento político. Frente à Segunda Guerra Mundial, um grupo muito influente de militares nacionalistas – diferentes daqueles partidários de Uriburu – acreditava que as soluções dos problemas do país estavam dentro da própria Argentina. Os militares, então, demandavam um desenvolvimento industrial e um Estado ativo, capaz de unificar as vontades nacionais. Esse ideal de Estado legítimo e forte, capaz de contornar os problemas da guerra e do pós-guerra, pouco se parecia ao governo ilegítimo de Castillos. Essa sensibilidade nacional também teve reflexões na sociedade. Surgiu, então, a Frente Nacional,

novo ator nacionalista, que tinha como inimigo não os imigrantes, a democracia ou os comunistas, e sim, o imperialismo e a oligarquia “entreguista”.

A renúncia de Castillos adiantou os planos da Frente Nacional e o exército interrompeu, pela segunda vez, a ordem constitucional, antes mesmo de ter definido um programa e muito menos quem seria a figura substituta do então presidente. A conjuntura levou à, mais uma vez, o exército argentino se projetar como o protagonista da resolução para a crise política (SEOANE, 2004, p. 69). No Brasil, o fim da década de 30 coincide com a ascensão autoritária de Vargas. Em 1937 as tropas policiais militares cercaram o Congresso e bloquearam a entrada ao Congresso. Vargas anunciou a abertura de uma nova fase política, o início da ditadura do Estado Novo.

4.4 *A Era de Vargas e Perón*

Para José Murilo de Carvalho (2013), a aceitação do golpe no Brasil indicou que os avanços democráticos posteriores a 1930 ainda eram muito frágeis. O regime introduzido foi a primeira experiência autoritária no país e não abria a possibilidade para grandes mobilizações – ainda que combinasse as práticas repressivas ao paternalismo.

Além disso, e diferenciando-se da Argentina, o Estado Novo não foi uma ruptura radical com o passado. Na Argentina, a década infame produziu uma crise de participação, e, conforme Waldman (1986), os anos de 1930 a 1943 foram um retrocesso artificial ao sistema participativo do país. Frente aos governos conservadores das minorias, a eleição de Perón significou uma mudança no sentido de dar protagonismo às “massas” e distanciar-se das velhas práticas oligárquicas. De todas as formas, o peronismo surgiu em uma sociedade mais mobilizada que a brasileira.

Os anos de governo Vargas foram, também, anos de intensa legislação social. No entanto, a legislação foi introduzida de cima para baixo, com nula participação política e precária vigência dos direitos civis (CARVALHO, 2013). A política continuou sendo vista como um privilégio, e não como direito. Era, portanto, uma “cidadania regulada”, na qual o exercício da cidadania estava ligado “não em códigos de valores políticos, mas em um sistema

de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1987, p. 68).

A política trabalhista do Estado Novo pode ser compreendida a partir de dois aspectos: o das iniciativas, de fato, e o da construção da figura simbólica de Vargas como protetor dos trabalhadores. Quanto ao primeiro ponto, Vargas continuou as práticas sistematizadas vindas da década de 1930: as greves foram proibidas, a estrutura sindical foi reforçada e os sindicatos ficaram ainda mais dependentes do estado. Quanto ao segundo ponto, a imagem de Vargas como “pai dos pobres” ganhou força através de inúmeras cerimônias públicas e uso constante dos meios de comunicação.

Em comum, o Estado cresceu significativamente nos dois países, tanto em dimensões, quanto em grau de intervenção (FAUSTO e DEVOTO, 2004). No Estado Novo, a tendência centralizadora encontrava sua realização. Na Argentina, segundo a concepção de Perón, o Estado deveria ser o âmbito de negociação e resolução de conflitos sociais. Tão importante quanto afirmar a preeminência do Executivo sobre o resto das instituições republicanas, foi buscar uma coesão em uma Argentina tão heterogênea. A todos os grupos havia que dar certo disciplinamento e organização conforme as diretrizes do peronismo. Assim, Perón recorreu a um método tradicional da política argentina, utilizado por Roca, Yrigoyen e Justo: o uso da autoridade do Estado para disciplinar as forças próprias. No entanto, sua presidência contou com uma característica nova: a utilização da liderança pessoal e intransferível – compartilhado apenas com sua esposa, Eva Perón – que se constituiu de maneira natural, mas que logo foi cuidadosamente mantida pela máquina publicitária (ROMERO, 2014, p. 130).

O peronismo teve como sustentáculo o sindicalismo e os trabalhadores. Perón reconhecia os *descamisados* não como uma força abstrata, e sim, referindo-se diretamente às organizações, sindicatos e dirigentes. O então presidente assumia também um tom pessoal em seus discursos e em sua própria identificação, sendo considerado *el primer trabajador*. Além disso, e muito pela figura de Evita, o peronismo apelava mais às emoções, ao sentimento e às paixões. Vargas, sobretudo em seu segundo mandato, assumia um tom mais impessoal e falava em nome do Estado (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.329).

O Estado Novo, autoritário e modernizador, teve uma breve duração. O desgaste do governo frente às pressões liberais e a conseqüente renúncia de Vargas deram lugar a uma nova configuração política com início em 1945. Surgiram os três principais partidos do período: a

União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Dutra, o candidato vencedor, tomou posse no início de 1946 e em setembro foi promulgada a Nova Constituição Brasileira, que optou pela forma democrática liberal do governo e definia o Brasil como uma República Federal Presidencialista. Segundo Carvalho, esse foi o início da primeira experiência democrática no Brasil (2013, p. 127). A partir da promulgação da Nova Constituição até 1964, o Brasil contou com eleições livres, organização partidária dentro e fora do congresso, e poucas restrições ao exercício da liberdade¹⁰.

Em 1950, Vargas ganha a eleição presidencial com quase metade dos votos. Perón é reeleito em 1951, com aproximadamente 62% dos votos. Nessas disputas, o universo de eleitores cresceu notavelmente, tanto na Argentina, quanto no Brasil. Dada a tendência democratizante do Brasil, a estratégia de Vargas era mais conciliadora que a de Perón – que ainda enfrentava uma Argentina com divisões sociais e políticas arraigadas.

A agenda do segundo mandato de Vargas foi democrática, nacionalista e populista. Começou seu governo desempenhando o papel de árbitro entre as diferentes forças sociais e políticas em conflito. A estratégia do presidente, ao mesmo tempo em que tentava dinamizar a economia, enfrentou um problema de grande impacto social: o aumento da inflação. Vargas – que havia consolidado em parte sua imagem de “pai dos pobres” – convocou os trabalhadores a se organizarem em sindicatos para ajudá-lo na luta contra especuladores e gananciosos. O governo, no entanto, enfrentava uma escalada de pressões, tanto da oposição, quanto de parte dos trabalhadores.

Vargas conseguiu manter por um tempo o equilíbrio de poder. Contudo, a mobilização da oposição em torno de eventos políticos dramáticos – e em certa medida conspiratórios – alimentou um movimento para a renúncia, que atingiu grandes proporções. Na manhã do dia 24 de agosto de 1954 Vargas fez seu último ato populista e suicidou-se. A consequência

10 No entanto, durante o governo Dutra acentuou-se a repressão contra o Partido Comunista, com a justificativa da ameaça que representava a expansão do comunismo no mundo inteiro.

imediate desse gesto foi a mobilização nas ruas em todas as grandes cidades. Assumiu, então, o vice-presidente, que convocou eleições para 1955.

Na Argentina, o segundo mandato de Perón teve uma guinada autoritária. Essa característica, segundo Romero, não é de toda estranha, considerando as experiências anteriores do país. A identificação do partido com a Nação, a marginalização do congresso, a identificação entre o chefe do estado e o chefe do partido oficial não eram novidades absolutas (ROMERO 2014, p. 131). Por outro lado, ainda que o peronismo tenha tido uma tendência a *peronizar* qualquer espaço da vida civil, também incorporou um movimento democratizante, que assegurou direitos políticos e sociais a vastos setores considerados marginalizados anteriormente. Além disso, o estabelecimento do voto feminino e, já no fim de seu governo, os debates acerca do divórcio, fortaleciam uma forma de democracia singular (ROMERO, 2014).

Da época relatada, percebe-se que o peronismo foi uma articulação política mais forte que o getulismo. Essa força partia do controle pessoal de Perón sobre o aparato partidário, da instrumentalização das massas e também da própria estrutura política argentina. Em um país com um sistema de partidos mais delineados que a Argentina, o getulismo assentava-se predominantemente no PTB, mais fraco e com menor alcance territorial (FAUSTO e DEVOTO, 2014, p. 326). Também, pensando nos períodos posteriores, certamente a herança de Perón foi o movimento peronista e sua organização “institucional” fora do Estado. No Brasil, uma das heranças de Vargas foi a de uma tecnocracia profissionalizada junto a um Estado forte.

O fim da prosperidade econômica, a morte de Evita, e principalmente a oposição forte da Igreja Católica enfraqueceu o governo de Perón de forma efetiva. Somam-se a isso as conspirações por parte do Exército – a Marinha –, parte da classe média conservadora e os setores agrários.

As duas quedas foram dramáticas: no Brasil, como já visto, com o suicídio de Vargas, e na Argentina com o bombardeio da Praça de Maio. As peculiaridades do fim de cada governo refletiram a estrutura política dos países:

No Brasil, apesar do suicídio de Getúlio, a saída foi, grosso modo, mais negociada que cruenta, enquanto na Argentina foi mais cruento que negociado. Isso refletia a diferente natureza da política nos dois países. No Brasil, existia uma longa tradição de compromissos entre as cúpulas do poder; a capacidade de mobilização popular era menor, tanto no campo situacionista, como no da oposição; as forças armadas estavam mais coesas e a polarização que o getulismo suscitara na sociedade era menos

profunda. Na Argentina, verificava-se exatamente o contrário: pouco nível de compromisso entre as elites políticas, uma sociedade mais conflituosa e polarizada, Forças armadas muito mais fragmentadas e, ao mesmo tempo, com seus vários setores mais decididos a tomar o poder por conta própria. (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 337-338).

Novamente, o eixo do problema estava nas forças armadas. Na Argentina, os *gorilas*¹¹ da “Revolução Libertadora”, comandada por Lonardi e Aramburu, prometia *desperonizar* o país por completo (SEOANE, 2014, p.69). No Brasil, o choque de forças que levou ao suicídio de Vargas iria resolver-se apenas com o Golpe Militar de 1964 (CARVALHO, 2013, p. 131).

4.5 *Ensaio de uma democracia incipiente*

Segundo Cavarozzi (1983), a “Revolução Libertadora” não só resultou na derrubada de Perón, como também desmantelou o modelo político que havia prevalecido em seus anos como presidente: um governo baseado na relação direta entre as massas populares e o líder, que renegava os canais parlamentares e partidários, e que considerava a oposição como ilegítima.

Lonardi, o cabeça da “Revolução Libertadora”, durou poucos meses como presidente provisório. Declarando que a luta não deixava “nem vencedores, nem vencidos”, o militar tentou erguer sua base a partir de um peronismo sem Perón, dirigindo-se diretamente aos trabalhadores. A estratégia, no entanto, não durou. Lonardi foi substituído por Aramburu, um militar da ala mais dura antiperonista, que tinha como objetivo dar ordem à sociedade e acabar com o “totalitarismo peronista”, para, então, realizar uma transição para a democracia. A *desperonização* do país incluía, segundo os militares, “democratizar as instituições”, “estabelecer a liberdade sindical” – terminando com o monopólio da CGT peronista, e “propor o equilíbrio e a harmonia entre distintos grupos” (ROUQUIÉ, 1982). Para tanto, no governo de Aramburu estava proibida qualquer manifestação peronista.

Apesar da retirada forçada, Perón não desapareceu do cenário político. Porém, sua forma de seu protagonismo havia mudado: o ex-presidente se transformou em um mito, em uma forma de manter a identidade coletiva dos trabalhadores (CAVAROZZI, 1983). Contraditoriamente,

11 Denominavam-se los gorilas aqueles com uma postura antiperonista extrema, militares e golpistas.

o poder do movimento sindical foi ampliado depois de 1955. Sem Perón, as greves e o voto dos trabalhadores se transformaram em instrumentos de pressão e negociação.

Apenas duas semanas após a queda de Perón, Juscelino Kubitschek era eleito presidente do Brasil. Kubitschek assumiu a presidência em um contexto de incertezas políticas devido ao suicídio de Vargas. O governo, que representava o desenvolvimentismo no Brasil é comumente comparado à presidência de Frondizi, na Argentina.

Frondizi, eleito em 1958, viu-se diante de uma sociedade que, além das históricas diferenças, era herdeira do alto grau de articulação popular do peronismo. Neste sentido, o discurso oficial era o de que somente a integração política, a reconciliação de todos os argentinos, a integração social dos trabalhadores e a integração geográfica e econômica poderiam permitir o desenvolvimento harmonioso para prosperidade popular e poder nacional.

Juscelino Kubitschek teve como base uma sociedade menos mobilizada. Durante os anos de seu governo, finalmente a classe média urbana encontrava centralidade a partir do consumo e das melhorias no campo da educação. Porém, o modelo desenvolvimentista acentuou as diferenças regionais entre o campo e a cidade, e mostrou-se incapaz de ser integrador, como ambicionava.

Na Argentina, a presidência de Frondizi foi um governo de sobrevivência: precisava ceder às pressões militares, assim como necessitava do apoio popular e de parte do peronismo. Além disso, o modelo desenvolvimentista tinha como ponto central a concentração, ao contrário do justicialista, que buscava a distribuição. A expansão de empresas estrangeiras, as crises econômicas e a alta inflação do período tornavam a Argentina um país cada vez mais desigual – mas ainda assim mais equitativo que os outros países da América Latina (SEOANE, 2004, p. 99). Como exemplo, o coeficiente de Gini daquela época era 0,57 no Brasil, em 1960, e 0,41 na Argentina, em 1961 (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 361).

Os anos seguintes às presidências de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi foram diferentes, porém contavam com um ator em comum, os militares (mais destacados em um país que em outro). A sucessão de JK, de certa forma, ocorria em um momento de estabilidade e continuidade eleitoral. Frente ao peronismo que voltava a ganhar força, os anos de Frondizi acabaram com uma saída dramática, deposto pelo Exército.

O sucessor de Kubitschek, Jânio Quadros, foi eleito democraticamente e reunia em seu discurso as esperanças de uma elite antigetulista, do setor médio que buscava a moralização das práticas políticas, e da grande maioria dos trabalhadores. Entretanto, seu governo foi breve e impopular. No Brasil, depois da renúncia de Quadros e de vários conflitos em torno da sucessão, o sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista, e Goulart, que era então vice-presidente, assumiu a presidência em 1961, com poderes diminuídos.

No início do governo de Goulart foi claro o avanço dos movimentos sociais e a emergência de novos atores: começaram as mobilizações de setores rurais (CARVALHO, 2013). De certa forma, a presidência de Jango foi um retorno ao modelo populista, mas agora num contexto de protestos e pressões sociais muito mais elevados do que no período de Vargas. Tratou de fortalecer um modelo que partiria da articulação do Estado – cuja ideologia básica era o nacionalismo – e as reformas sociopolíticas de base. Com relação aos direitos políticos, afirmava-se a necessidade de estender o direito ao voto de analfabetos e a escalões inferiores das Forças Armadas (CARVALHO, 2013). Em paralelo à mobilização da sociedade – evidente a partir do aumento de greves – foi concretizando-se uma maior definição ideologia dos agrupamentos que sobrepassava os limites partidários. A formação de tendências dentro de cada partido marcou um avanço de posições nacionalistas e de esquerda. Surgiram divisões em diversos partidos, e na medida em que a classe média se reacomodava, os setores das Forças Armadas, influenciados pelo contexto internacional, começaram a ter papel permanente e ativo.

Na Argentina, entre 1930 e 1955, as Forças Armadas haviam se constituído como “guardiãs dos governos constitucionais” (CAVAROZZI, 1983): derrocaram três administrações civis, mas abstiveram de participar diretamente da condução do Estado. A partir de 1955, os militares modificaram esse padrão de intervenção e se transformou no terceiro elemento importante da fórmula política. A Argentina, a partir da década de 1950 viu-se envolvida por três atores diferentes: o governo civil, os militares e o peronismo.

Mesmo com a posterior eleição democrática de Illia, a sociedade argentina estava mais atenta às atitudes dos quartéis na conspiração política, que nas leis discutidas no Congresso (SEOANE, 2005). A democracia era refém das pressões militares. Também, em 1964 a sociedade argentina – principalmente a classe média – abandonava paulatinamente suas

tradições antiperonistas e conservadoras, e somava-se aos trabalhadores nas manifestações. Assim, o governo de Illia, eleito com apenas 25% dos votos¹², estava com o poder debilitado.

No início de 1964, Jango também iniciava um caminho que resultou desastroso: com o apoio de dispositivos militares e sindicais, o presidente pretendia passar pelo Congresso e começar as reformas de base. O primeiro ato das reformas de Jango inaugurou o começo do fim de seu governo. Na noite de primeiro de abril era o fim da experiência democrática do período 1945-1964 no Brasil. Na Argentina, o Exército preparava-se para seguir o exemplo brasileiro e em 1966 ocorreu o golpe militar.

O fim da democracia aconteceu em ambientes diversos. Segundo Romero (2014), naquela época, na Argentina, ninguém tinha fé na democracia, nem sequer os partidos políticos que deviam defendê-la. Para o autor, ainda que se tratasse de uma democracia fictícia e de pouca legitimidade, os interessados diretos na sua sobrevivência deram-se por vencidos: *a crônica de uma morte anunciada* chegava sem maiores surpresas na no país. No Brasil, era a primeira vez que o âmbito político estava mais próximo da população. Além disso, as instituições democráticas, como os partidos políticos, evoluíram consideravelmente no período, e necessitavam apenas de tempo para criar raízes na sociedade (CARVALHO, 2013). De acordo com José Murilo de Carvalho (2013, p. 152), apesar dos avanços, o processo democrático era incipiente e, “a precipitação do confronto¹³ pôs a perder o que se tinha ganho em termos de mobilização e aprendizado político”.

Neste sentido, é necessário recorrer a um *detour* a respeito da estabilidade política nos dois países, visto que essa dimensão é imprescindível para a compreensão de uma cultura política democrática. Para Perissinoto (2014), a instabilidade política foi traço comum e um problema que afligia os países em parte dos anos estudados até aqui:

Brasil e Argentina passaram, entre 1930 e 1966, por número idêntico de golpes de Estado: 1930, 1943, 1955, 1962 e 1966, na Argentina, e 1930, 1937, 1945, 1954 e 1964 no Brasil. Durante 36 anos, a Argentina teve 13 presidentes, com média de 2,7

12 “El radical Arturo Umberto Illia ganó las elecciones presidenciales de julio de 1963 con un magro de 25% de los votos, pues Perón ordenó, desde su exilio en Madrid, votar en blanco. Ese año, el PBI de la Argentina había descendido, el desempleo era casi del 9% y la participación de los trabajadores en el PBI todavía era del 36%” (SEOANE, 2004, p. 99)

13 Referência aos atos finais de João Goulart.

anos para cada presidente; durante 34 anos, o Brasil teve 11 presidentes (contando os interinos e excluindo a Junta Governativa Provisória de 1930), isto é, 3,09 anos para cada presidente (PERISSINOTO, 2014, p.66-67).

A diferença, segundo o autor, é que o Brasil contou com a presença de uma burocracia que conferiu, ao menos, continuidade à política econômica a despeito das mudanças contínuas na cena política (PERISSINOTO, 2014). A instabilidade brasileira, em vantagem à Argentina, contou com uma burocracia central perdurável.

4.6 Regimes Militares

Sobre o regime militar, a Argentina e o Brasil apresentam características do Estado autoritário burocrático, conceituado por Guillermo O'Donnell (1982). Resumidamente, para O'Donnell, o BA era caracterizado por a) garantir e organizar a dominação através de uma estrutura de classes subordinada a frações superiores altamente oligopólicas e transnacionalizadas; b) ter à disposição um conjunto de organizações coercitivas que têm como principais tarefas a reintrodução da "ordem" por re-subordinação do setor popular, de um lado, e a "normalização" da economia, de outro; c) um sistema de exclusão política do setor popular previamente ativo; d) a supressão da democracia política, o que envolve a supressão de duas mediações fundamentais entre o Estado e a sociedade: a cidadania e o povo; e) despolitização de questões sociais, submetendo-as aos critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica; e, f) fechamento de canais de acesso ao governo democrático, restringindo-os às grandes empresas, às Forças Armadas e à parte da burocracia civil.

A similitude no que diz respeito ao modelo de regime não significa que os eventos acontecidos não tenham tido peculiaridades. O regime autoritário brasileiro teve um ingrediente ideológico vital: “o crescimento econômico acelerado – que se alcançou, de fato, em alguns períodos –, combinados às concessões limitadas à democracia representativa” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 396). O “milagre econômico” argentino foi possível com o Plano Krieger Vasena, durante os anos de Onganía. No entanto, as sucessivas crises políticas de continuidade minaram a dissimulada exaltação do governo.

Destarte, a ditadura brasileira apresentou crises menos significativas que na Argentina, o que se deve, em parte, pela homogeneidade e duração contínua do regime. A nova fase do governo militar argentino teve início em 1966, com a deposição de Illia, e terminou em 1983,

porém, sem continuidade, como no caso brasileiro. A descontinuidade deu-se, principalmente, pelas dificuldades econômicas e pressões sindicais e políticas, além dos problemas institucionais, como a imposição da Junta de Comandantes. Além disso, o modelo brasileiro foi assentado nas regras de substituição e no bipartidarismo, o que conferia uma ilusória aparência democrática. Um mínimo de representatividade parlamentar inexistiu na Argentina dos militares (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Sob o ponto de vista da cidadania brasileira, há que se considerar o direito ao voto e a “aparência democrática” junto ao esvaziamento de seu sentido e a expansão de direitos sociais em restrição de direitos políticos e civis (CARVALHO, 2013, p. 173). Também, o milagre econômico brasileiro camuflava o crescimento das desigualdades sociais, da urbanização com exclusão e do incremento dos bolsões de pobreza.

Com relação à descontinuidade na Argentina, é necessário fazer uma breve inflexão a respeito da volta do peronismo ao poder, de 1973 a 1976. Enquanto Perón apresentava-se como uma alternativa para os setores sociais de base, o Brasil não contava com uma figura que desempenhasse esse papel – como visto, a continuidade dos ideários de Vargas foi mais institucional. A volta de Perón foi, então, uma tentativa de restaurar o nacionalismo populista. O pacto social estabelecido por Perón tentou reconstruir um sistema político na qual os partidos e organizações deveriam ser inseridos nas condições legais e institucionais de uma democracia. Essa era a ideologia da “democracia integrada”, que trouxe Perón em seu governo. A democracia integrada permanecia atada a seu líder, porém este não chegou a controlar a radical intransigência e o rechaço das organizações que ele mesmo contribuiu na criação (DE RIZ, 1986, p. 14).

Assim, as condições, tanto internas, quanto externas, resultaram em uma sequência desastrosa de governos (Cámpora – Perón – Perón¹⁴). Por fim, as tentativas de ajustes econômicos, como a política ortodoxa e o governo impopular de Isabel Perón, acabaram por agravar a crise, provocando a hiperinflação, o descontrole do déficit fiscal, e a retirada do apoio de parte importante e organizada peronista, como *Los Montoneros* (DE RIZ, 1986, p. 195). Os

14 Héctor José Cámpora governou de maio de 1973 a julho do mesmo ano. Juan Perón assume a presidência de 1973 até o ano de sua morte, 1974, e sua sucessora, Isabel Perón, governa a Argentina de 1974 a 1976.

militares, em um novo golpe, legitimaram sua ação considerando-se os mais capazes para fazer cargo de uma sociedade enferma e impor a disciplina por meio do terror.

No Brasil, em 1964, e na Argentina 1966 e 1976, as Forças Armadas colocaram sua capacidade coativa a serviço da interrupção de um processo que diversos setores sociais viviam como uma profunda crise. Essa crise foi menos aguda nos anos 60, que nos anos 70. Na década de 1960, a ameaça do comunismo surgiu como uma consequência provável, mas não iminente da desordem e da demagogia. Já em 1970, a sensação era de que o caos tinha progredido a tal ponto que estava sendo implementado por partidos políticos e grupos de guerrilha.

Neste sentido, é importante compreender o relativo apoio na qual os governos militares assentaram-se. Pensando na sociedade, o apoio conseguido pelos militares foi baseado na utilização ideológica da economia (mais no caso do Brasil) e da supressão do “outro” perigoso (mais no caso da Argentina). Em termos gerais, o governo instalado a partir dos golpes tinha a tarefa de implementar a ordem e normalizar a economia. Sendo um Estado autoritário burocrático (O’DONNEL, 1982), primeiramente, deveria liquidar, mediante coerção necessária, os grupos e atividades que ameaçavam a sobrevivência da ordem social; depois, sua função era estabelecer mecanismos normais de funcionamento e acúmulo em uma economia capitalista. Com relação ao conjunto da burguesia local e as subsidiárias de multinacionais estabelecidas em mercados locais, o golpe ofereceu segurança aos seus interesses. Com relação às classes médias, a crescente presença de setores populares, a turbulência contínua, a deterioração dos serviços públicos, e as incertezas econômicas, levou a uma forte oposição aos regimes anteriores aos golpes.

É necessário, também, compreender o retorno da matriz política autoritária (BAQUERO e PRÁ, 2007) a partir das experiências prévias ao golpe militar. No Brasil, a presença militar teve início na Proclamação da República, porém, as oligarquias lograram enfraquecê-la e distancia-la até o fim da República Velha. Em 1930, a centralidade militar retorna, porém o posterior governo de Vargas conseguiu utilizar do apoio dos militares e, ao mesmo tempo, contê-los. Após 1945, os militares dividiram-se entre nacionalistas e populistas, e o golpe de 64, ademais das conjunturas externas, explica-se em parte pela necessidade de sobrevivência da organização militar frente às sucessivas divisões ideológicas (CARVALHO, 2013).

Na hipótese de Hugo Quiroga (2005), a Argentina possui um sistema político que funciona através de uma articulação, combinando em sua estrutura os golpes militares com o

governo civil. A presença militar é uma constante na vida nacional junto a um comportamento “pretoriano” que ao longo do século XX revelou pouca crença dos cidadãos e dirigentes aos valores democráticos. A história política argentina, desde 1930, debate-se entre dois polos antagônicos, o democrático e o autoritário, em processo de continuidades e descontinuidades institucionais. Quiroga (2005, p. 39) acrescenta que “quando a ordem constitucional perde legitimidade, a solução a partir da força ganha uma vitalidade progressiva e se assenta na crise de confiança do estado democrático”. Os militares somente tomaram as armas contra os governos civis quando foi comprovada a falta de fé na sociedade e na ordem democrática, como aconteceu com Isabelita. Para o autor, sem o apoio civil, os militares não teriam tido lugar.

O começo da queda dos regimes militares deu-se frente ao insucesso econômico e a escalada autoritária. A transição política brasileira foi, na verdade, um processo de negociação e de liberalização, inteiramente coordenada pelos detentores do poder. O processo de democratização brasileiro foi longo e teve como pontapé inicial o governo de Geisel, em 1974, que manteve os militares participando “diretamente das negociações e dos pactos estabelecidos, com o objetivo de uma abertura política, lenta, segura e gradual” (AMORIM, 2011, p.125). O regime autoritário foi enfraquecido, mas a sobrevivência política dele se deu, ao passo que:

A divisão da oposição em vários partidos antes mesmo do final do regime autoritário facilitou a acomodação das elites políticas, permitindo que a transição "pactuada" se realizasse exclusivamente em termos institucionais, sem pactos explícitos e substantivos entre os atores políticos. (LESSA, 1989, *apud* ARTURI, 2001, p. 19).

No entanto, “a queda da ditadura militar teve muito mais participação popular do que a queda do Estado Novo, quando o povo estava, de fato, ao lado de Vargas” (CARVALHO, 2013, p.192). Ainda que tenha se apresentado uma inédita demonstração de iniciativa cidadã, a democracia nasceu sob arranjos constitucionais e os acordos da direção política acabaram por manter a continuidade das elites autoritárias e das elites tradicionais (DUARTE, FENELON, 2014).

A transição democrática na Argentina teve um fim abrupto, induzido pela Guerra das Malvinas. Embora também tenha sido uma transição negociada, não foi dirigida desde cima, como no caso de Brasil (PORTANTIERO, 1987). O desfecho, fracassado, gerou tensões que aceleraram a queda do regime autoritário: além da desmoralização dos militares, foram

explícitos os atentados contra os direitos humanos, deixando as Forças Armadas em uma situação muito diferente do caso brasileiro. Segundo Portantiero (1987, p.261), a transição argentina, portanto, é o resultado de uma retirada desordenada, mas não total, das forças armadas, que culmina com as eleições gerais, em meio a uma crise econômica. A transição foi sustentada por uma força de vontade cidadã, com destaque para o movimento das Mães da Praça de Maio.

O caminho da democracia trilhado pelos dois países percorreu, sobretudo, por sérias dificuldades financeiras. Nessa situação, havia uma dupla tarefa: transformar um regime autoritário em um regime democrático, e sustentar um novo regime social de acumulação (PORTANTIERO, 1987, p. 261).

4.7 *Reconstrução Democrática e Anos Neoliberais*

Alguns eventos históricos recentes do país que tiveram impacto na estruturação de normas e valores políticos da sociedade brasileira, como a Assembleia Constituinte e a Constituição Cidadã, de 1989, foram um marco decisivo na consolidação democrática da nação (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 85). Em termos comparativos, pode-se pensar que na Argentina o *Consejo para la Consolidación de la Democracia* e o *Discurso de Parque Norte*¹⁵ de Alfonsín cumpriram o papel simbólico da transição democrática, pois pela primeira vez falava-se de cidadania e participação.

Embora Alfonsín tenha dito a frase emblemática¹⁶ *con la democracia se cura, se come y se educa*, a verdade é que os primeiros presidentes após a transição – Alfonsín e Sarney – tiveram como principal desafio o desastre econômico da década de 1980. Para tanto, os dois presidentes lançavam planos econômicos heterodoxos, característicos desse período, que

15 “El Consejo para la Consolidación de la Democracia fue creado por decreto presidencial del 24 de diciembre de 1985, coordinado por el filósofo del derecho Carlos Nino e integrado por juristas, políticos y personalidades de actuación en la vida nacional, con la misión de elaborar un proyecto transformador fundado en la ética de la solidaridad y en la democracia participativa (...) El Discurso de Parque Norte fue leído por Alfonsín en el mes de diciembre de 1985 ante el plenario de delegados al Comité Nacional de su partido. Los grandes temas propuestos por el Presidente, la “democracia participativa”, la “modernización”, y la “ética de la solidaridad”, marcaron un cambio de rumbo en el discurso presidencial, a la vez que proponía una convocatoria a los actores de la transición, por encima de los intereses del partido oficial.” (QUIROGA, [20--]).

16 Máxima dita em seu primeiro discurso como presidente da República, em dezembro de 1983.

buscavam conter a hiperinflação. Tanto o Plano Austral (Argentina), quanto o Plano Cruzado (Brasil), resolviam parte do problema de imediato, mas eram de curto alcance e a hiperinflação voltava com mais força.

O êxito do Plano Austral, por exemplo, permitiu que o governo radical mantivesse a iniciativa política até 1987. A partir de então, o governo de Alfonsín entrou em um progressivo processo de rigidez econômica, que chegou ao descontrole hiperinflacionário. Segundo Romero, a crise era tanta que “em fins de maio de 1989 a hiperinflação teve seus primeiros efeitos dramáticos: assaltos e saques a supermercados, duramente reprimidos” (ROMERO, 2014, 304). Sem a autoridade política capaz de controlar a desordem, o então presidente adiantou sua saída e renunciou em 1989.

Os governos do Brasil e Argentina iniciaram a década de 1990 com administrações neoliberais: Menem, eleito pela primeira vez em 1989, e Collor, eleito em 1990. A crise econômica incitara o retorno do peronismo, na Argentina, e a eleição do “caçador de marajás”, no Brasil.

Até então, o Brasil era um dos poucos países latino-americanos que não havia abandonado completamente o modelo desenvolvimentista (IAZZETTA, 1996, p. 42). A mudança do modelo econômico da Argentina já viria desde o governo militar de Viola (1976), no chamado *ajuste en dictadura* (TORRADO, 1994).

Em ambos os países, as gestões identificaram o gigantismo do Estado como a principal causa da crise (IAZZETTA, 1996, p.35), portanto, para a resolução do problema, orientaram-se à redução do Estado interventor a um Estado gerencial. Essa concepção estava baseada no Consenso de Washington, documento que defendia, dentre os dez preceitos, o ajuste fiscal e financeiro do Estado, a abertura dos mercados e a privatização de empresas estatais como estratégia para equilibrar as finanças públicas. Esses eixos tiveram aplicações e resultados distintos conforme os países. Com relação às privatizações, segundo Iazzeta (1996, p. 35), foram feitas de forma acelerada na Argentina, enquanto que no caso brasileiro esse processo assumiu uma lentidão e graduação reveladora de uma lógica própria.

O Plano de Conversibilidade (1991), do governo de Menem e elaborado pelo ministro Cavallo, retomou a estratégia aberturista militar, porém com um notável êxito no controle da inflação e com o crescimento do PIB, ao menos durante alguns anos (TORRADO, 2004).

No Brasil, o curto período do governo de Collor tornou-se um agente de aprofundamento da crise política e, somado à ampla participação e pressão popular pelo impeachment, acabou com sua renúncia em 1992. Apesar disso, num contexto de afluxo de capitais para a América Latina, Collor deu o pontapé inicial para a liberalização do país – mesmo que não eficiente durante seu governo (SALLUM JR, 1999, p. 29). De acordo com Sallum Jr, essa foi a fortuna¹⁷ que Fernando Henrique Cardoso herdou, quando, em 1994, tornava-se presidente do país.

O Plano Real, lançado no governo de Itamar Franco e continuado por Fernando Henrique, apareceu como alternativa não só para o combate à inflação, como também, para introduzir o equilíbrio fiscal nas contas dos governos (federal, estadual e municipal) (SAMUELS, 2003). O Plano teve o êxito econômico esperado: a inflação mensal caiu mais de 40% ao mês, no primeiro semestre de 1994, para menos de 3% ao mês, no segundo semestre do mesmo ano (ANGELO e COUTO, 2008, p.43). Porém, os custos macroeconômicos e sociais foram altos.

Em estudo, Torrado evidencia que, na Argentina, com a conversibilidade (ou o *ajuste en democracia*) introduziram-se mudanças profundas na legislação laboral, reduzindo a estabilidade do emprego, promovendo o emprego legal precário, tolerando o *empleo en negro*, baixando custos de contratação e demissão, aliviando as responsabilidades do empregador frente a acidentes de trabalho e quebras empresariais. Assim, o Plano devia muito no que diz respeito às questões sociais. Torrado ainda acrescenta que “paradojalmente, el Partido Justicialista que había sido quien comenzara a desarrollar el Estado de Bienestar en la década de 1940, fue también el ejecutor de su desmantelamiento en los años ‘90” (2004, p.4)

O exitoso controle da inflação e o incremento do PIB permitiu uma melhora nos ingressos entre 1991 e 1994 dos argentinos. Também houve um *boom* de consumo – que também se verificou no Brasil –, dado o número de importações e as facilidades de empréstimos (SEOANE, 2004, p 178). As consequências da dependência externa seriam sentidas após 1995, com o efeito tequila (ROMERO, 2014, p.312).

Assim como na Argentina, a estratégia neoliberal iniciada por Collor e continuada por Fernando Henrique Cardoso, condicionou o país ao mercado internacional, e em consequência,

17 O autor refere-se ao conceito maquiaveliano.

aos seus constantes choques. À diferença do governo de Menem, Fernando Henrique cedeu a algumas estratégias desenvolvimentistas. Por exemplo, em fins de 1994 já havia indícios de que a manutenção do modelo neoliberal poderia trazer riscos ao país, com o surgimento de déficits comerciais e possibilidade de ataques especulativos ao real por causa da crise econômica internacional (em especial a crise do México). Então, a partir de 1995 o governo começa a tomar medidas “compensatórias”. Estas medidas, de modo geral, tiveram como inspiração as ideias que provinham do liberal-desenvolvimentismo, dando um caráter mais heterodoxo à economia brasileira (SALLUM JR, 1999, p. 34).

De acordo com Sallum Júnior (1999), o Brasil passou por crises sucessivas resultantes dessa política econômica, e o “ataque final” contra o real se deu no início do segundo mandato FHC, com a mudança completa do regime de câmbio (para câmbio flutuante) e a desvalorização da moeda. De um lado, essas mudanças econômicas privilegiaram a esfera financeira, transferindo a renda para os detentores de títulos financeiros; de outro lado, houve um aumento significativo nos índices de desemprego e a acentuação da pobreza no país.

Também a Argentina passou por anos de intensidade e heterogeneidade da pobreza crítica, e as políticas neoliberais, pertencentes ao plano de conversibilidade, foram indutoras da deterioração brutal dos níveis de bem-estar no país (MINUJIN, 1997).

Cabe lembrar as condições diversas na qual os dois presidentes saíram. No Brasil, apesar da crise da energia elétrica e das restrições ao consumo, as eleições foram democráticas e civilizadas, consagrando Luis Inácio Lula da Silva como presidente da República. O caso argentino foi muito diferente, visto que Menem terminou seu mandato bastante desprestigiado (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 502).

O sucessor, Fernando de la Rúa – da UCR, mas representante da frente partidária Alianza – começou seu governo no final de 1999. O novo presidente encontrou um governo em recessão desde 1998, devastado economicamente, endividado e com grande resistência por parte da oposição peronista (ROMERO, 2014).

O primeiro fator negativo do governo foi o índice de desemprego, que atingiu seu nível mais alto em três anos. Em 2000, o governo cortou gastos públicos e aumentou impostos no intuito de diminuir as pressões sobre a conversibilidade da moeda. Junto a isso, o vice-presidente “Chacho” Álvarez renunciou, em protesto pela inação do presidente em face das

denúncias de compra de voto para aprovação de uma lei trabalhista no Senado (FAUSTO e DEVOTO, 2014). A agudização da crise deu-se com o *corralito*. A Argentina via-se diante da mesma cena vivida nos governos de Alfonsín: a desagregação social, as intensas manifestações e os recorrentes saques aos supermercados. Diante de um estado de sítio, De la Rúa renuncia e foi sucedido por cinco presidentes em apenas uma semana: Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e, finalmente, Eduardo Duhalde, eleito pelo Congresso.

A crise de 2001 foi o deslocamento mais visível da esfera política desde 1983, alterando o regime político entendido como a organização dos poderes, suas instituições e procedimentos e inflexões da vida comum (QUIROGA, 2010, p. 17). De todo esse contexto:

Emerge un doble fenómeno de deslegitimación y desinstitucionalización de la política que se separa de los problemas cotidianos y no puede garantizar los intercambios entre gobierno y ciudadanos. El conflicto y el cuestionamiento a la acción gubernamental y ciertas prácticas partidarias hacen que la política se retire de los canales formales para instalarse en las asambleas populares y en la participación directa. La calle se constituye en el ámbito de acción política y se legitima la idea de un poder colectivo (BERDONINI, 2013, p.163).

Em que pesem as medidas forçadas e contraditórias de Duhalde, seu governo teve sucessos como Plan Jefes y Jefas del Hogar (destinado aos desempregados) e a saída de conversibilidade. Essa última foi uma medida drástica que agravou a pobreza e a miséria no país, porém que criou condições para a posterior recuperação fiscal e econômica (ROMERO, 2014, p. 355).

A cidadania debilitada da Argentina seria recuperada nas eleições de 2003. Para Quiroga (2010), a relegitimação da política frente ao divórcio entre esfera pública e sociedade – representantes e representados, políticos e cidadãos – seria trabalho do presidente eleito, Nestor Kirchner.

4.8 Experiências recentes: os governos de Lula e Kirchner(s)

Após a crise de 2001 na Argentina, a chamada *posconvertibilidad* e seu conjunto de medidas sociais permitiu conter muitos efeitos críticos dos anos 90 (CHIROLEU; VORAS; DELFINO, 2013). Diferente do caso da Argentina, onde o governo de Nestor Kirchner precisou

reorientar a economia estruturalmente, “o primeiro mandato de Lula (2003-2006) foi notadamente marcado pela continuidade com relação à política macroeconômica aplicada no governo de Fernando Henrique Cardoso” (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Para Vadell, Lamas e Ribeiro (2009), a mudança de estratégia no Brasil se dá no segundo mandato, de 2006 a 2010, quando Lula promove um resgate do papel do Estado através da recuperação em investimentos públicos, mas mantendo ainda as preocupações referentes à estabilidade política e econômica do país.

Para a saída da crise, Nestor Kirchner utilizou de recursos governamentais e políticos, como o recurso autoritário plebiscitário que forçava a renúncia de juízes da Corte e a anulação retroativa da lei de obediência devida, que não se pareciam com uma institucionalidade democrática (ROMERO, 2010, p. 366). Esse decisionismo democrático, caracterizado por Quiroga, é construído à margem do Estado de direito. Do ponto de vista político, a partir de 2003, houve uma desagregação dos partidos através da fragmentação do peronismo e do radicalismo, além da flutuação do voto e diluição de identidades políticas (QUIROGA, 2010). Quiroga afirma que, essas características do Kirchnerismo, condicionaram os resultados eleitorais do período e os efeitos do regime político considerando as orientações da cidadania junto a uma ressignificação da figura presidencial (2010, p. 159).

Na Argentina, segundo Vadell, Lamas e Ribeiro (2009), a eleição de Cristina Kirchner em 2007 foi a promessa de aprofundar o modelo realizado pelo marido até então. No entanto, é em seu governo que o embate entre os diferentes modelos de estratégia se dá com maior profundidade: “a crise com os produtores agropecuários, desatada pelo estabelecimento das retenções móveis em março de 2008, foi um claro indício dessa falta de acordo” (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009). Ainda conforme os autores, além do embate da sociedade, os conflitos do governo de Cristina Kirchner trouxeram à tona a fragilidade institucional da Argentina, especialmente a centralização do poder em um reduzido número de cargos, como a Presidência, a chefia de gabinete, o Ministério de Planejamento e a Secretaria de Comércio Interior (p.44).

Analisando a figura dos presidentes da América Latina, Cheresky (2011, p.173) avalia que a popularidade dos líderes é pessoal, e, em boa medida, dissociada dos partidos ou movimentos que os sustentam. Lula é um dos casos emblemáticos, pois se trata de uma popularidade emergente de um partido consolidado, que, no entanto, vai além da popularidade

do partido. Neste sentido, a formação de coalisões heterogêneas, estimuladas pela popularidade do líder, seria uma característica do governo brasileiro durante a presidência de Lula (CHERESKY, 2011). Na Argentina, dada as formas diferentes da personalização política, Nestor Kirchner, que não acendeu ao poder com amplo respaldo político, se converteu prontamente no maior representante da opinião pública e exerceu de maneira inequívoca sua autoridade sobre assuntos que estavam ou não estavam na agenda de debate. Também como estratégia, outra característica de Kirchner – sobretudo de Cristina – foi a habilidade política em adequar-se às conjunturas desfavoráveis, definindo um novo rosto inimigo em cada caso (ROMERO, 2014, p. 392). A opinião pública, um dos bastões do poder decisionista, levou a presidência a pressionar permanentemente o jornalismo opositor, por exemplo (QUIROGA, 2011).

Tanto Kirchner, quanto Lula possuíram bases de apoio heterogêneas. Porém, no caso do kirchnerismo houve uma proposta identitária mobilizada através de um discurso simbólico do peronismo e da demonização do neoliberalismo (RIVAROLA, 2013). No Brasil, por outro lado, a estratégia de ampliação da base oficialista, tanto nas câmaras legislativas, quanto nos discursos, dificultou qualquer identificação de demarcação política. Segundo Lucca (2011, *apud* MENEZES e PALERMO, 2012) o então presidente do Brasil nem sequer nomeava seus adversários. À vista disso, Menezes e Palermo (2012) justificam que para governar a morfologia política brasileira, no marco da cultura política conflitofóbica e acomodatória, Lula não necessitava de adversatividades.

Há que se reconhecer que os anos foram de grandes avanços no que diz respeito às questões sociais. A Argentina, que desde a década de 70 teve uma queda nos níveis de bem-estar, se recuperaria após 2003, com uma melhora no padrão de vida argentino, como o aumento do salário real, a queda das taxas de desemprego e a queda, também, do subemprego (CHIROLEU; VORAS; DELFINO, 2013). No Brasil, o Bolsa Família, por exemplo, conquistou fama internacional e é tomado como programa símbolo da administração de Lula e seu êxito (COUTO, 2010). Ainda mais, foi durante o governo Lula que a melhoria da situação econômica apresentou uma inflexão mais significativa, principalmente com relação à redução da desigualdade social (COUTO, 2010, p. 137,). Em uma sociedade profundamente desigual, pontua Couto (2010), essa melhora, sem sombra de dúvida, foi o fator fundamental a

impulsionar não somente a altíssima popularidade do presidente petista, mas também a candidatura de sua sucessora nas eleições de 2010.

Em suma, o governo de Lula, para Menezes e Palermo, expressa uma ruptura e recomposição da sociedade com o sistema político. Essa nova relação se dá de uma forma especial, e diferente da Argentina, ao passo que não opõe discursivamente “o povo ao palácio” ou “a gente comum às elites”. Lula reflete a tradição brasileira de acomodação de interesses, mais que acomodação de conflitos:

Pero a diferencia, por ejemplo, de los nexos argentinos, los lazos brasileños están más institucionalizados y son menos particularistas. Y en general se puede decir que la burocracia brasileña, por debajo de la capa que es loteada, presenta niveles razonables de eficiencia y honestidad. La sempiterna tradición de las burocracias brasileñas, bifurcadas en áreas de eficiencia aisladas y cotos clientelares de caza, parece gozar de buena salud hasta ahora (MENEZES e PALERMO, 2012, p. 33).

Antes de partir para a análise “micro”, cabe aqui um breve apanhado das dinâmicas notadas. Nos dois países, até o fim da ditadura militar percebeu-se uma insuficiência de alternância política no poder. Utilizando a metáfora da sístole/diástole de Kugelmas e Sola (1999) para este caso, notou-se que o movimento brasileiro foi mais em relação à centralização e descentralização, como bem aponta os autores, e, no caso da Argentina, em torno de elites políticas e setores sociais populares (PALERMO, 2009). Pode-se dizer que o movimento de diástole, no caso argentino, foi de ampliação da participação popular, e de sístole a reversão das conquistas anteriores, como percebido neste capítulo.

O Brasil deu passos importantes na institucionalização de seus regimes políticos, enquanto na Argentina, a democracia encontra-se nas massas e a solidez institucional é um ponto de interrogação (FAUSTO e DEVOTO, 2004). A fim de sintetizar e ilustrar melhor a revisão histórica realizada, o quadro comparativo a seguir elenca as características da cultura política nos dois países:

Quadro 1 – Argentina e Brasil em perspectiva comparada

	ARGENTINA	BRASIL
Construção Nacional	Dificuldades e demora na construção do Estado Argentino	Precocidade e fortaleza do Estado Brasileiro
	Expansão da cidadania e participação política de forma mais ampla e precoce	Poder asfíxiante frente a uma sociedade civil débil
Personalismo	Partidos ideologicamente fracos, que refletiam as características pessoais de seus líderes. Personalismo como articulação política.	Predomínio constante das vontades particulares na esfera pública.
Início da ampliação democrática	Eleição de Yrigoyen –1916	Eleição de Dutra – 1946
Vargas/Perón	Herança “fora do Estado”	Herança “dentro do Estado”
Transições políticas	Mais cruentas que negociadas	Mais negociadas que cruentas
Movimentos de Sístole/Diástole	Momentos de ampliação da participação popular, seguidos de momentos de diminuição ou exclusão da participação.	Ora o poder distribuído entre as federações, ora centralizado.
Ditadura Militar	Descontinuidade do regime diante das dificuldades (pressões sindicais, políticas e institucionais).	Continuidade do regime e legitimação pelo rápido crescimento econômico.

Transição para Democracia	Final abrupto, com a Guerra das Malvinas. Desmoralização dos militares em uma retirada desordenada.	“Lenta, segura e gradual”. Apesar da iniciativa cidadã, foi coordenada pela elite política e pelos próprios militares.
90’s	Privatizações e entrada para a ordem neoliberal de forma acelerada	Lentidão e graduação na aplicação das medidas neoliberais
Lula e Kirchner(s)	Resgate do papel do Estado a partir da ruptura com o modelo anterior	Continuidade e resgate do papel do Estado no que diz respeito às questões sociais.
	Desagregação dos partidos políticos e ressignificação da figura presidencial	Popularidade e imagem que vão além do partido já consolidado (PT).
	Uso da opinião pública e da definição de “inimigos”.	Sociedade conflitofóbica e acomodatória.

FONTE: Elaboração própria, baseada no capítulo 4 do presente trabalho.

Tendo isso como base, o capítulo seguinte traz a análise dos anos dos anos de 1995 a 2010.

5. ECONOMIA E CULTURA POLÍTICA DE 1995 A 2010

Como já visto, a década de 1980 e os anos iniciais da década 90, além de marcar o retorno institucional ao regime democrático no Brasil e na Argentina, fazem parte de um período caracterizado pelo ajuste estrutural que converteu os Estados desenvolvimentistas em Estados gerenciais, regidos, sobretudo, pelo projeto político-econômico neoliberal.

Em que pesem as soluções para a hiperinflação e a crise do Estado, as reformas baseadas no “Consenso de Washington”, com aplicações distintas, evidenciaram o desmantelamento das políticas sociais, alterando, assim, não só o âmbito macroeconômico, como também a estrutura social dos dois países.

Portanto, a partir das reflexões históricas e sociais já apresentadas, serão analisados dados para se entender as mudanças econômicas na Argentina e no Brasil. As variáveis a serem utilizadas são:

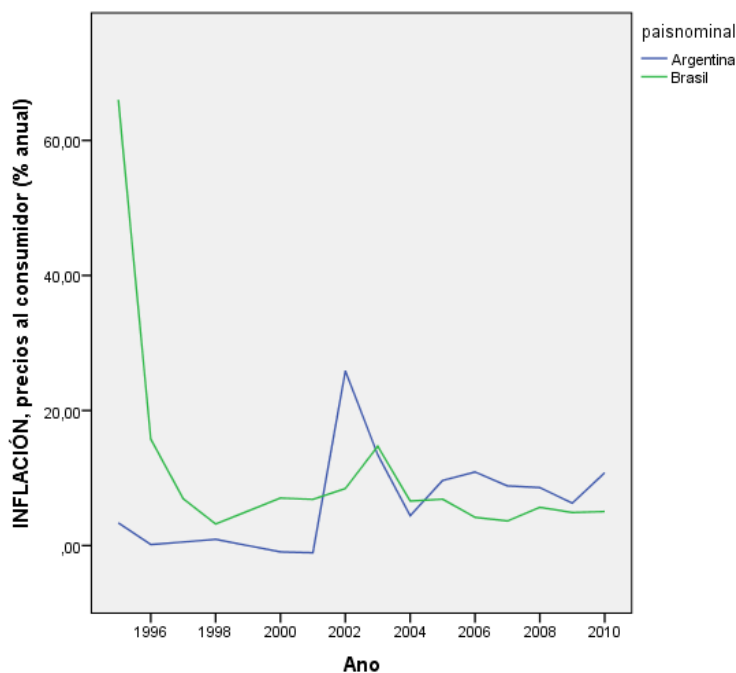
- PIB per capita – O Produto Interno Bruto per capita (ou por pessoa) mede quanto, do total produzido, 'cabe' a cada cidadão se todos tivessem partes iguais.
- Inflação – A terceira variável econômica foi escolhida por ser significativa para os dois países, visto a história recente de hiperinflação. Esta variável mostra a desvalorização da moeda e o aumento dos preços, que acaba por afetar diretamente o cotidiano da população.
- Emprego – Assim como a inflação, os índices de emprego/desemprego podem mostrar a situação econômica e social da população dos dois países.
- “Brecha de la pobreza” – A “brecha de la pobreza” foi escolhida por permitir quantificar a pobreza da população, sendo considerados “pobres” aqueles que vivem com menos de \$1,90 dólares por dia¹⁸.
- Índice de GINI – É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda; o valor um (ou cem) é o extremo e indica que uma só pessoa detém toda a riqueza.

18 Fonte: World Bank

As informações utilizadas para embasar este capítulo são divididas em um grupo de variáveis macroeconômicas, inflação, PIB e desemprego, e um grupo de variáveis de riqueza e pobreza, composto pelos índices de Gini e o coeficiente de pobreza.

O primeiro gráfico apresentado diz respeito à inflação, de 1995 a 2010¹⁹:

Gráfico 1 – Inflação (1995 – 2010)



FONTE: World Bank Data

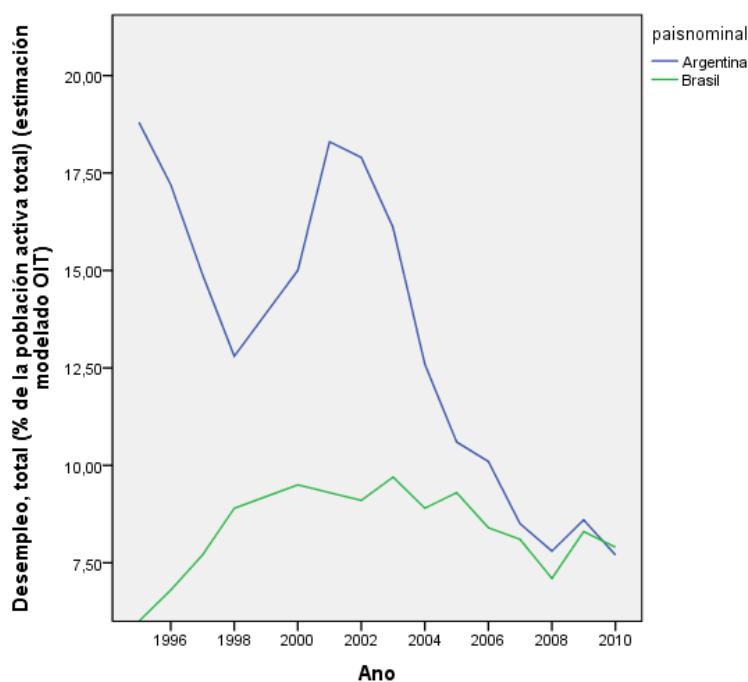
Não se pode falar em hiperinflação nos dois países durante os anos estudados (1995 – 2010). Como observado no Gráfico 1, a Argentina em 1995 já apresenta uma inflação baixa, enquanto no Brasil, o mesmo ano possui uma inflação de 66,1, a mais alta de todo o período analisado. Destarte, os 10 anos analisados neste trabalho são de uma inflação controlada ou constante. Na Argentina, no entanto, a relação com esta variável é delicada, tendo em vista a crise de 2001.

Junto à inflação, a taxa de desemprego também foi resultado da aplicação das diferentes estratégias político-econômicas. Na Argentina, os índices, em geral, são maiores que no Brasil.

19 O ano de 1999 não estava disponível no Latinobarômetro; escolheu-se, então, ignorar este ano para as outras variáveis também.

No caso do Brasil, em nenhum dos anos analisados houve uma queda tão abrupta quanto na Argentina. O desemprego teve um aprofundamento nos anos de Fernando Henrique Cardoso, visto o crescimento modesto da economia, junto às privatizações e à modernização tecnológica. Substancialmente, outro problema relacionado ao desemprego nos dois países foi o aumento da informalidade do trabalho. Esse movimento se traduziu em perdas para a renda e ocupação nos países, as quais se somaram as trazidas pela desregulamentação do mercado de trabalho, na concepção neoliberal de que a sua formalização redundava em altos custos (AMADEO, 1998). Na Argentina, porém, a partir de 2003 é visível a queda contínua na porcentagem de pessoas desempregadas. Para Bresser-Pereira (2004, 2006), este período pós-fracasso das políticas neoliberais pode ser chamado de “novo desenvolvimentismo”, na qual a Argentina pós-conversibilidade é um caso paradigmático (FERRARI e CUNHA, 2009). Portanto, o país, que desde a década de 70 passava por um movimento de descenso econômico e social, a partir de 2003 retoma seu crescimento nos governos Kirchner. No Brasil, a queda do desemprego é mais sentida após o segundo mandato do governo de Lula. O Gráfico 2 ilustra a variação:

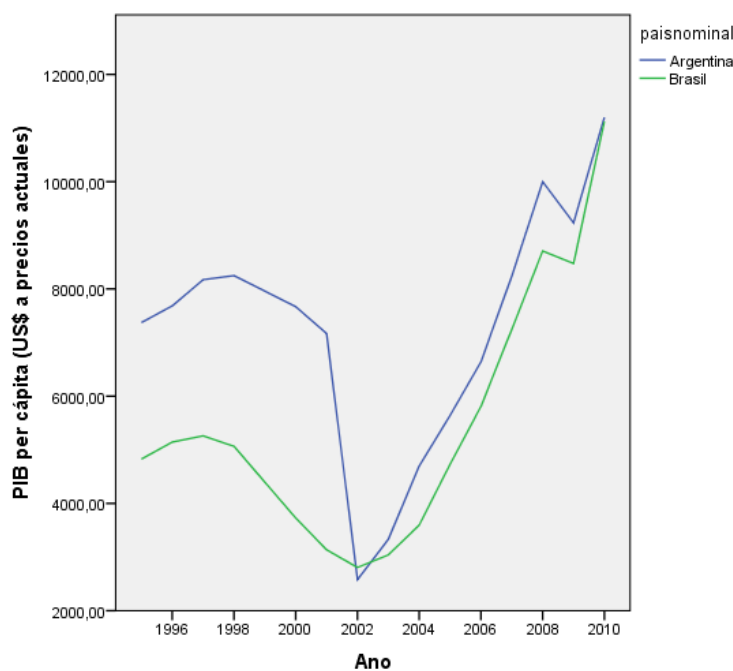
Gráfico 2 – Desemprego (% da PEA) (1995 – 2010)



FONTE: World Bank Data

O êxito das políticas econômicas do novo desenvolvimentismo foi sentido especialmente no que diz respeito ao PIB dos dois países. Após 2002, o crescimento virtuoso tanto do PIB argentino, quanto do PIB brasileiro, possibilitou a melhora de outros indicadores sociais, como a taxa de desemprego²⁰, vista anteriormente.

Gráfico 3 – PIB per capita (1995 – 2010)



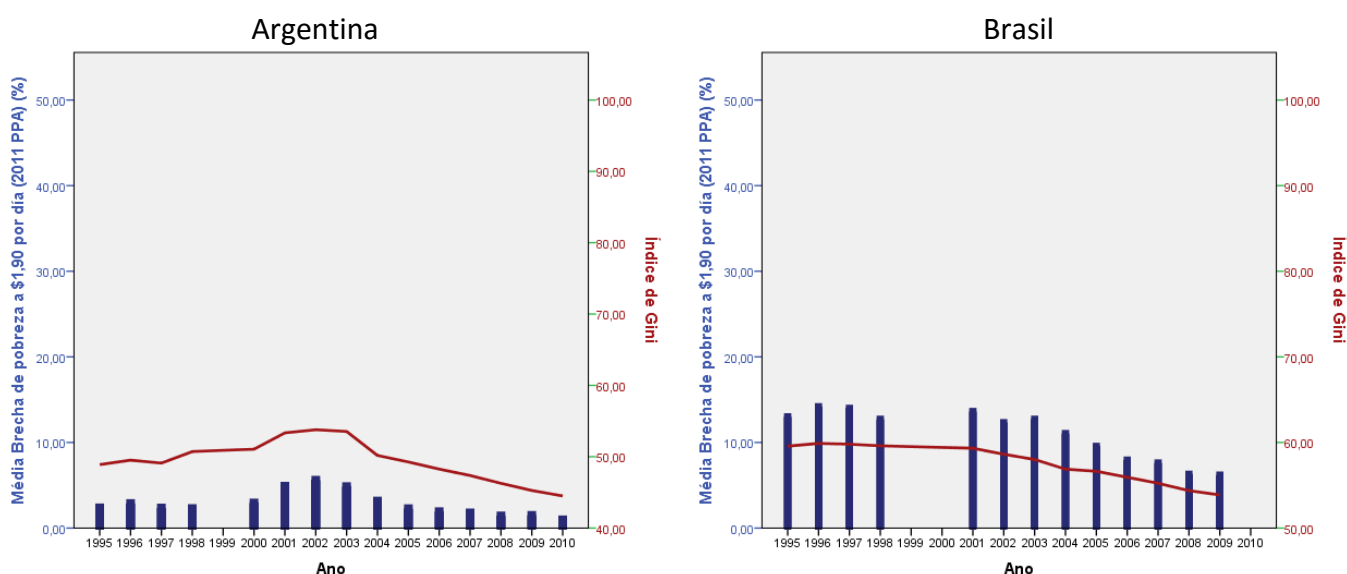
FONTE: World Bank Data

A recuperação do PIB também possui relação com outras variáveis de pobreza e riqueza, como o Índice de Gini e a *brecha de la pobreza*. Através da *brecha de la pobreza*, por exemplo, pode-se apreender a porcentagem de pessoas em situação de pobreza, aqui vinculadas à uma renda de menos de 60 dólares por mês. No Brasil os índices se mantêm em constante redução, porém, é importante inferir são maiores: na Argentina, a porcentagem máxima de pessoas vivendo na pobreza é de aproximadamente 6%, no ano de 2002; no Brasil, para o mesmo ano, a *brecha de la pobreza* é de 12%. A Argentina, que representava uma exceção ao quadro da

20 Optou-se pela utilização dos dados do Banco Mundial pela padronização das medições e possibilidade de comparação, pois se sabe das diferenças de medidas e dados conforme cada instituto, em cada país, principalmente no que diz respeito às medições de desemprego e inflação.

América Latina, tem um aumento considerável na pobreza entre os anos de 2001 e 2003. Mais uma vez é notável a redução tanto da pobreza, quanto do coeficiente de Gini, nos dois países pós 2003, especificamente. O Brasil apresenta uma tendência contínua de redução de pobreza e desigualdade de renda. De 2003 a 2010, por exemplo, a *brecha de la pobreza* foi de 12,71 a 6,18%. Essas mudanças podem ser conferidas no próximo gráfico:

Gráfico 4 – Riqueza X Pobreza na Argentina e no Brasil: Brecha de la pobreza e Índice de Gini (1995 – 2010)



FONTE: World Bank Data

Diante dessas mudanças econômicas e sociais, verifica-se em que medida os resultados positivos e negativos mudaram a percepção positiva das pessoas a respeito da democracia. As questões de cultura política e opinião pública escolhidas foram: satisfação com a democracia, apoio à democracia, avaliação da gestão do/a presidente, confiança nos partidos políticos e confiança no governo.

Para fins de análise, as respostas do Latinobarômetro foram recodificadas. Com respeito ao grau de satisfação com a democracia, as respostas “muy satisfecho” e “más bien satisfecho” tornaram-se uma categoria única de satisfação com a democracia. A variável “insatisfação com a democracia” é composta pelas respostas “no muy satisfecho” e “nada satisfecho”. A variável confiança apresentou uma limitação, pois os dados do Latinobarômetro dos anos de 1997, 1998,

2000 e 2001 não estavam disponíveis para a pergunta “¿Diría que tiene mucha, algo, poca o ninguna confianza en el gobierno?”. Apesar disso, considerou-se necessário incluir a questão no presente trabalho. As respostas “mucha confianza” e “algo de confianza” foram unidas a uma categoria positiva de “confiança no governo”. A desconfiança no governo foi contabilizada a partir da soma das respostas “poca confianza” e “ninguna confianza”. Essa mesma recodificação foi utilizada para a questão da confiança nos partidos políticos.

Pensando na confiança, a variável “aprovação da gestão do governo” foi incluída com base na proposição de Gonzalez (2011) na qual a flutuação da aprovação pode estar vinculada à mudança de governo, e, com eventuais quebras de expectativas, tanto os patamares de confiança, quanto de avaliação positiva, caíram (p. 56).

Também foram incluídas as respostas “la democracia es preferible a cualquier otra forma” e “en algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible”, para quantificar o apoio ou não à democracia. Em alguns estudos, esta variável é criticada por não medir o grau de enraizamento da democracia como a confiança interpessoal, a tolerância entre grupos, a adesão aos valores pós-materiais e o bem-estar subjetivo mediriam (INGLEHART, 2003). Segundo Colen (2009), esses elementos considerados mais adequados por Inglehart são aqueles que estão em processo de formação nos países da América Latina:

E não considera que as dificuldades dessas sociedades de enfrentar o desafio de corresponder às expectativas geradas pela democracia, tendo de promover o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida, simultaneamente, podem levar os cidadãos a descreditarem o regime recém-instalado. A dupla transição, de uma economia fechada para uma aberta e de um regime totalitário para um democrático, conforma um contexto em que a tolerância, o hábito aos valores democráticos e a ênfase em valores não materiais têm poucas chances de estarem presentes em sua plenitude. (COLEN, 2009, p. 69)

Assim, concorda-se com o sugerido por Colen (2009), e para este trabalho considera-se possível avaliar o apoio à democracia através das duas variáveis apresentadas. Considerando os anteriores regimes autoritários na Argentina e no Brasil, uma pessoa “democrata” não consentiria com a resposta que indica que um governo autoritário pode ser preferível.

Além disso, considerou-se neste trabalho uma categoria de “ambivalentes/indiferentes” com relação ao apoio à democracia. O tratamento desses dados foi pensando com base nas proposições de Colen (2009), que para a categoria, une as respostas “não sei” a “a la gente como

uno, nos da lo mismo um regimen democrático o autoritário”. Justifica-se a utilização deste dado, uma vez que ele pode ser interpretado como indiferença em relação ao tipo de regime. Assim, a vantagem de incluir essas respostas é que a análise permitirá avaliar as diferenças entre os indivíduos que, consistentemente, apoiam ou não apoiam a democracia (COLEN, 2009, p.78). A tabela a seguir mostra a variação dos ambivalentes/indiferentes com relação ao apoio à democracia, reiterando, portanto, a importância dessa classificação:

Tabela 1 – Apoio à democracia: Ambivalentes/Indiferentes (%)

	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	12,3	13,5	10,1	11,5	12,6	21,3	17,8	13,6	14,3	16,4	9,9	15,9	19,9	16,8	14,4
Brasil	37,1	24	29,7	34,5	34,2	48,4	45,1	45,4	40,8	47,1	33,8	38,5	33	26,9	26,7

FONTE: Latinobarômetro

Para a comparação entre os dois países, optou-se pela análise bivariável. Foram feitas correlações estatísticas de forma separada e, posteriormente, elaborados os modelos a partir de cada variável independente.

Os primeiros dados a serem analisados dizem respeito à correlação que tem como variável independente o desemprego:

Tabela 2 – Modelo I: Desemprego (1995 – 2010)

Desempleo, total (% de la población activa total) (estimación modelado OIT)		Argentina	Brasil
Aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el Presidente: Aprueba	Correlação de Pearson N	,108 9	-,655 9
Satisfação com a democracia	Correlação de Pearson N	-,302 15	-,302 15
Insatisfação com a democracia	Correlação de Pearson N	,262 15	,178 15
Confiança no governo	Correlação de Pearson N	-,302 11	,166 11
Desconfiança no governo	Correlação de Pearson N	,249 11	-,170 11
Desconfiança nos partidos	Correlação de Pearson N	-,122 15	,195 15
Confiança nos partidos	Correlação de Pearson N	-,013 15	-,201 15
LA DEMOCRACIA ES PREFERIBLE A CUALQUIER OTRA FORMA	Correlação de Pearson N	,254 15	-,534* 15
EN ALGUNAS CIRCUNSTANCIAS, UN GOBIERNO AUTORITARIO	Correlação de Pearson N	-,439 15	-,379 15
Apoio à democracia: Ambivalentes/Indiferentes	Correlação de Pearson N	-0,77 15	,590* 15

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

De modo geral, o desemprego não se mostrou uma variável independente significativa com relação às questões de cultura política. Porém, na maioria dos cruzamentos há uma oscilação no que diz respeito à orientação das variáveis dependentes. Na correlação entre desemprego e satisfação com a democracia, por exemplo, o valor de R é negativo, indicando

que “satisfação com a democracia” apresenta uma queda na medida em que o desemprego aumenta.

A questão da confiança no governo se manifesta distintamente nos países estudados: na Argentina, de fato, o aumento do desemprego indica uma queda na confiança e um aumento da desconfiança. No Brasil, essa relação é contrária: aumenta o desemprego, aumenta a confiança; cai o desemprego, aumenta a desconfiança. Uma possível interpretação capaz de ajudar a compreender tal resultado é a de que no Brasil a variação do desemprego foi menor, sem picos, como no caso da Argentina (vide Gráfico 2). Além disso, e pensando na formação da cultura política brasileira, a preponderância da desconfiança pode ser um fator elucidativo. Assim, a confiança ou desconfiança dependem mais de outros fatores, que não o desemprego.

Referente à confiança nos partidos, as associações também foram diferentes. Curioso fato se dá ao notar que, de forma contrária à questão anterior, com relação aos partidos, os movimentos de ascenso e descenso daqueles que confiam ou desconfiam nos partidos mudam conforme o desemprego no Brasil – o aumento do desemprego pressupõe o aumento da desconfiança nos partidos. Na Argentina, o aumento do desemprego não implicou na relação entre confiança e desconfiança dos cidadãos. Nos dois países as correlações entre confiança, desconfiança nos partidos e desemprego, resultou em um coeficiente de determinação (r^2) baixo. No caso da Argentina essa correlação foi mais próxima de zero, tanto que os testes estatísticos indicaram a não associação entre as variáveis.

As variáveis que verificam o apoio aberto à democracia, “la democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno”, e “en algunas circunstancias un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático”, para fins desta pesquisa, chama-se de “democratas” e “autoritários”. No Brasil, o aumento do desemprego pressupõe a diminuição daqueles que concordam com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo; 29% da variação destas respostas podem ser preditas pela variação do desemprego, o que confere significância no nível 0,01. Na Argentina a correlação é positiva: aumenta o desemprego, aumentam os “democratas”. O apoio a um regime autoritário, ao contrário, não possui uma correlação positiva com o desemprego, já que, tanto no Brasil, quanto na Argentina, o incremento na % do desemprego está associado à queda das respostas “autoritárias”. Já os ambivalentes com o regime democrático apresentam uma associação considerável no caso

brasileiro: no modelo apresentado, o aumento do desemprego implica no aumento dos “indiferentes”.

Durante os anos estudados neste capítulo, como visto, o Brasil teve dois presidentes e a Argentina, seis. Neste sentido, interpretar a avaliação da gestão dos presidentes em exercício fez-se necessário. No entanto, o Latinobarômetro incluiu a questão “aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el Presidente” somente a partir de 2002. Isso faz com que as avaliações levem em conta as gestões de Duhalde, Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, na Argentina, e no Brasil, abarca o último ano da gestão de Fernando Henrique Cardoso e as subsequentes gestões de Lula. A aprovação do governo e o desemprego é uma associação negativa forte no Brasil: aumenta o desemprego, diminui a aprovação, e 43% da variação da aprovação da gestão do presidente pode ser predita pela variação do desemprego. Na Argentina, há uma associação fraca, além de ser positiva – o incremento na variável independente está associado ao acréscimo, também, da variável dependente.

Claramente as variáveis dependentes trabalhadas aqui são atravessadas por múltiplos fatores que qualificam a confiança e o apoio à democracia. Tendo em vista os dados apresentados, e especificamente no caso argentino (na qual a variável desemprego não mantém relação forte com nenhuma das variáveis de cultura política), as mudanças no desemprego não parecem suficientes para interpretar, também, as mudanças das opiniões.

Sendo assim, parte-se para o modelo que considera a inflação como variável independente.

Tabela 3 – Modelo II: Inflação (1995 – 2010)

INFLACIÓN, precios al consumidor (% anual)			
		Argentina	Brasil
Aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el Presidente: Aprueba	Correlação de Pearson	-,383	-,292
	N	9	9
Satisfação com a democracia	Correlação de Pearson	-,463	-,079
	N	15	15
Insatisfação com a democracia	Correlação de Pearson	,475	,106
	N	15	15
Confianza no governo	Correlação de Pearson	-,286	-,348
	N	11	11
Desconfianza no governo	Correlação de Pearson	,305	,333
	N	11	11
Desconfianza nos partidos	Correlação de Pearson	,607*	,147
	N	15	15
Confianza nos partidos	Correlação de Pearson	-,575*	-,186
	N	15	15
LA DEMOCRACIA ES PREFERIBLE A CUALQUIER OTRA FORMA	Correlação de Pearson	-,239	-,147
	N	15	15
EN ALGUNAS CIRCUNSTANCIAS, UN GOBIERNO AUTORITARIO	Correlação de Pearson	,211	,326
	N	15	15
Apoio à democracia: Ambivalentes/Indiferentes	Correlação de Pearson	,226	,038
	N	15	15

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

A influência da inflação, de modo geral, é mais visível na Argentina que no Brasil. Neste, com relação à satisfação com a democracia, por exemplo, não há associação. A Argentina, ao contrário, apresenta uma associação negativa moderada, e 22% da variação da satisfação com a democracia pode ser predita pela variação da inflação.

No que diz respeito à relação entre confiança nos partidos e inflação, o Brasil, novamente, apresenta uma variação predita muito baixa (4 e 2% para confiança e desconfiança, respectivamente). Já na Argentina, as duas variáveis dependentes apresentam significância no nível 0,05 – na medida em que a inflação aumenta, a confiança nos partidos diminui e a desconfiança aumenta. Aproximadamente 33% da variação da confiança nos partidos podem ser preditas pela variação da inflação, e 37% da variação da desconfiança nos partidos pode ser predita pela variação da inflação.

Mesmo com uma associação baixa, a variável “aprobación de la gestion del gobierno” aponta que, nos dois países, conforme aumenta a inflação, a aprovação do presidente diminui. No entanto, a correlação é mais forte na Argentina (-,383) que no Brasil (-,292). Com relação à confiança no governo, também há uma associação negativa baixa. Neste caso, porém, a correlação é mais forte no Brasil (-,348) que na Argentina (-,286).

Finalizando os cruzamentos com os dados macroeconômicos, analisam-se as correlações que partem do PIB per capita, vistas na tabela a seguir:

Tabela 4 – Modelo III: PIB per capita (1995 – 2010)

PIB per cápita (US\$ a precios actuales)		Argentina	Brasil
Aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el Presidente: Aprueba	Correlação de Pearson	-,335	,856**
	N	9	9
Satisfação com a democracia	Correlação de Pearson	,528*	,858**
	N	15	15
Insatisfação com a democracia	Correlação de Pearson	-,513	-,753**
	N	15	15
Confiança no governo	Correlação de Pearson	,026	,654*
	N	11	11
Desconfiança no governo	Correlação de Pearson	-,006	-,652*
	N	11	11
Desconfiança nos partidos	Correlação de Pearson	-,485	-,537*
	N	15	15
Confiança nos partidos	Correlação de Pearson	,564*	,557*
	N	15	15
LA DEMOCRACIA ES PREFERIBLE A CUALQUIER OTRA FORMA	Correlação de Pearson	,000	,776**
	N	15	15
EN ALGUNAS CIRCUNSTANCIAS, UN GOBIERNO AUTORITARIO	Correlação de Pearson	,017	,027
	N	15	15
Apoyo à democracia: Ambivalentes/Indiferentes	Correlação de Pearson	-,002	-,653**
	N	15	15

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Com relação à satisfação e insatisfação com a democracia, tanto no Brasil, quanto na Argentina, as inclinações são similares: na medida em que o PIB per capita aumenta, a satisfação aumenta e a insatisfação com a democracia diminui. Neste cruzamento específico as diferenciações com respeito ao coeficiente de determinação são significativas. No Brasil, aproximadamente 74% da variação da satisfação com a democracia pode ser predita pela variação do PIB per capita; no que diz respeito à insatisfação, 57% pode ser prevista nessa

variação. Na Argentina também há uma correlação forte da variável independente sobre as variáveis dependentes satisfação e insatisfação, porém com determinação menor ($r^2 = 0,278$ e $0,263$, respectivamente).

No aumento do PIB per capita no Brasil, a confiança no governo também aumenta e 43% dessa variação podem ser preditas pela V.I. Desta vez, pensando na Argentina, percebe-se que não há relação do PIB com a confiança e desconfiança no governo. Uma interpretação implica o fato do PIB per capita argentino já ser consideravelmente alto nos anos de 1995 a 2000, como visto anteriormente (Gráfico 3). A grande quantidade de dólares que entrou no país, sobretudo entre 1991 e 1994 – os anos dourados de Menem – foi resultante da política de privatizações levada a cabo pelo então ministro da economia, Domingo Cavallo, e não teve inversão nas políticas sociais. Não é de se estranhar, portanto, que a confiança não tenha relação com o incremento do PIB per capita. Dada essa não-relação, é importante acrescentar que a confiança no governo é retomada nos anos da presidência de Nestor Kirchner, até 2008.

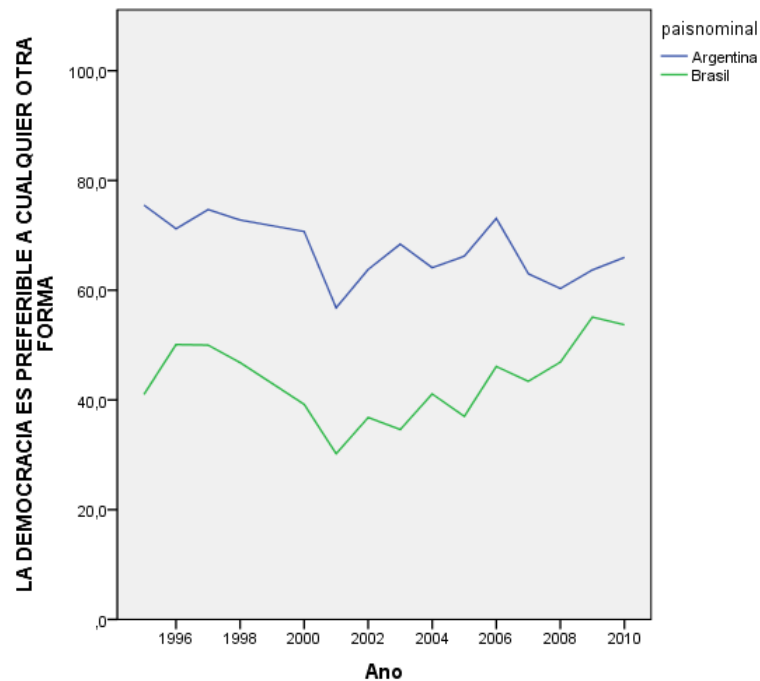
A aprovação da gestão do presidente segue a tendência da confiança e desconfiança. No Brasil, a associação é positiva e muito forte: indica que 73% da variação da aprovação da gestão do presidente pode ser predita pela variação do PIB per capita. Diferentemente, na Argentina a melhora do PIB per capita diminui a aprovação do presidente. Para essa correlação, não se pode valer da leitura feita anteriormente, pois a variável não corresponde aos anos de governo Menem.

No Brasil, a associação entre as respostas “democratas” e o incremento do PIB per capita é positiva e muito significativa. A categoria “ambivalentes/indecisos” também apresenta associação significativa, mostrando que o aumento do PIB indica na diminuição dos ambivalentes. Questão peculiar diz respeito a essas correlações no caso argentino: não há nenhuma associação entre PIB per capita e “democratas” ou “ambivalentes/indecisos”. Acrescenta-se à análise o fato do apoio aberto à democracia na Argentina ser quase o dobro do Brasil.

Certamente, tendo como background a formação histórica da cultura política discutida no capítulo anterior, a assertiva de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo parece ser reflexo da construção democrática na Argentina e também de sua última transição para a democracia.

O Gráfico apresentado a seguir é capaz de retratar as diferenças e mudanças durante a série história de 1995 a 2010:

Gráfico 5 – Apoio à democracia (%) (1995 – 2010)



FONTE: Latinobarômetro

Como visto, a riqueza do país não necessariamente implica em qualidade de vida da população, pois pode ser distribuída desigualmente. Pensando nisso, a próxima tabela apresenta o modelo de correlação entre índice de Gini – capaz de medir a desigualdade nos países – e as questões de opinião.

Tabela 5 – Modelo IV: Índice de Gini (1995 – 2010)

Índice de Gini		Argentina	Brasil
Aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el Presidente: Aprueba	Correlação de Pearson N	,283 9	-,841** 8
Satisfação com a democracia	Correlação de Pearson N	-,501 15	-,794** 13
Insatisfação com a democracia	Correlação de Pearson N	,479 15	,805** 13
Confianza no governo	Correlação de Pearson N	-,139 11	-,744* 10
Desconfianza no governo	Correlação de Pearson N	,109 11	,726* 10
Desconfianza nos partidos	Correlação de Pearson N	,326 15	,276 13
Confianza nos partidos	Correlação de Pearson N	-,452 15	-,330 13
LA DEMOCRACIA ES PREFERIBLE A CUALQUIER OTRA FORMA	Correlação de Pearson N	-,009 15	-,289 13
EN ALGUNAS CIRCUNSTANCIAS, UN GOBIERNO AUTORITARIO	Correlação de Pearson N	-,065 15	,335 13
Apoio à democracia: Ambivalentes/Indiferentes	Correlação de Pearson N	,065 15	,103 13

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Tanto a satisfação com a democracia, quanto a confiança no governo apresentam correlação de Pearson forte e negativa no Brasil. Entende-se, portanto, que com o crescimento do índice de Gini, a confiança no governo e a satisfação com a democracia caem. Na Argentina, a associação também é negativa, porém menos forte que no Brasil, no caso da satisfação com a democracia (r^2 0,251), e muito fraca no caso da confiança no governo (r^2 0,019). Significativa também é a correlação da aprovação da gestão do presidente no Brasil: 71% da variação da aprovação da gestão podem ser predita pela variação do índice de Gini. Na Argentina,

novamente, a correlação não é significativa, e mais ainda, não indica uma associação negativa (a interpretação é de que o aumento do coeficiente de Gini está associado ao aumento da aprovação do presidente).

A variação da brecha de la pobreza segue a variação do índice de Gini (Gráfico 4). As correlações são apresentadas na próxima tabela:

Tabela 6 – Modelo V: Brecha de la Pobreza (1995 – 2010)

Brecha de pobreza a \$1,90 por día (2011 PPA) (%)		Argentina	Brasil
Aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el Presidente: Aprueba	Correlação de Pearson N	,075 9	-,742* 8
Satisfação com a democracia	Correlação de Pearson N	-,702** 15	-,806** 13
Insatisfação com a democracia	Correlação de Pearson N	,683** 15	,788** 13
Confiança no governo	Correlação de Pearson N	-,325 11	-,689* 10
Desconfiança no governo	Correlação de Pearson N	,301 11	,671* 10
Desconfiança nos partidos	Correlação de Pearson N	,462 15	,296 13
Confiança nos partidos	Correlação de Pearson N	-,575* 15	-,337 13
LA DEMOCRACIA ES PREFERIBLE A CUALQUIER OTRA FORMA	Correlação de Pearson N	-,218 15	-,353 13
EN ALGUNAS CIRCUNSTANCIAS, UN GOBIERNO AUTORITARIO	Correlação de Pearson N	,106 15	,328 13
Apoio à democracia: Ambivalentes/Indiferentes	Correlação de Pearson N	,270 15	,164 13

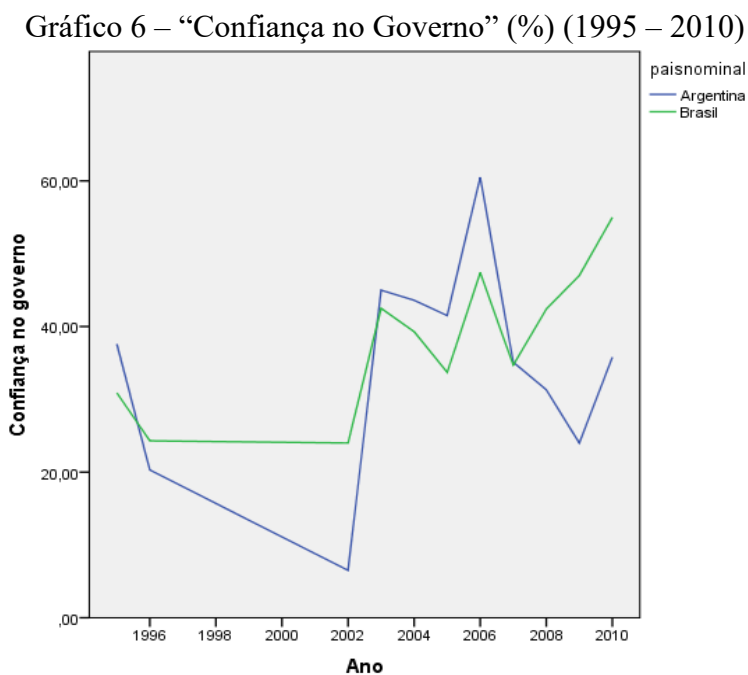
** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

No Brasil, as variáveis com associação mais forte conforme a brecha de la pobreza são: aprovação da gestão do presidente (associação negativa), satisfação com a democracia (associação negativa), insatisfação com a democracia (associação positiva), confiança no governo (associação negativa) e desconfiança no governo (associação positiva). Já nas correlações que têm como referência a Argentina, as associações mais fortes são satisfação, insatisfação com a democracia e confiança nos partidos.

Em ambos os países, o aumento da pobreza afeta tanto a satisfação, quanto a insatisfação. Uma das explicações possíveis para essa correlação é a de que, na medida em que os governos são capazes de atender às questões sociais, como a pobreza, a satisfação com a democracia aumenta de forma significativa (no Brasil, 65% da variação da satisfação com a democracia pode ser predita pela variação da brecha de la pobreza; na Argentina, 49%). Neste sentido, pode-se interpretar que conforme o aumento da pobreza, as avaliações positivas, de modo geral, caem. Interpretando junto à correlação com o coeficiente de Gini, observa-se que a satisfação com a democracia pode ser associada à riqueza e pobreza especialmente no caso do Brasil.

Convém, por último, apresentar alguns dados por ano na qual pode ser percebido algum tipo de padrão. O primeiro gráfico mostra a variação da confiança de 1995 a 2010:



FONTE: Latinobarômetro

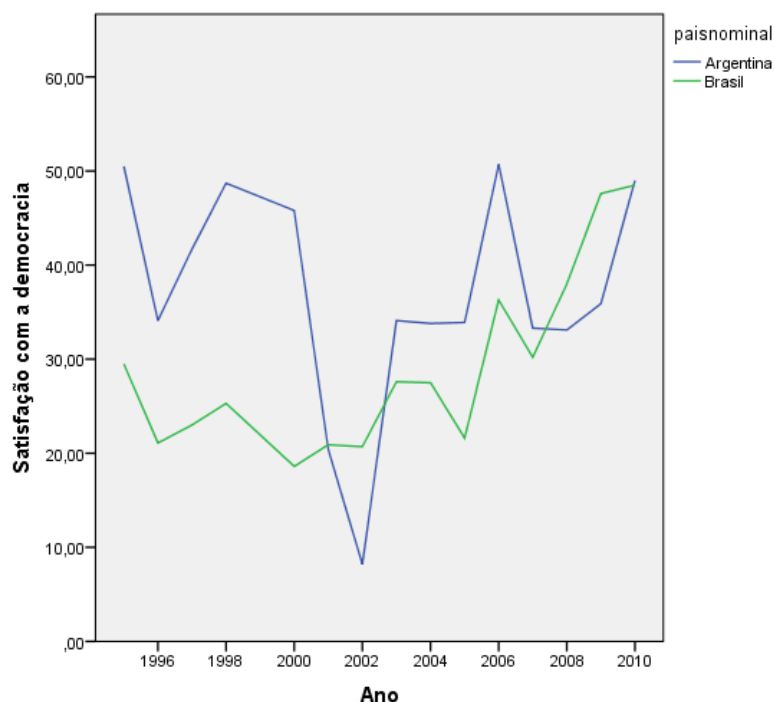
Antes, é necessário atentar para o fato de que a variável confiança não estava disponível para os anos de 1997, 1998, 2000 e 2001. Dito isso, até 2002, claramente as respostas mostram a relação de desconfiança para com os governos da Argentina e do Brasil. De modo geral, pode-se compreender que a confiança nos dois países mostrava-se debilitada, visto que entre 1995 e 2002 o índice de confiança não ultrapassou 50%. Na Argentina, no ano da crise, os números da opinião pública argentina refletiram os problemas estruturais do país através da porcentagem exígua de 7% de confiança no governo. As atitudes políticas após a democratização certamente evoluíram, mas:

[...] quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas de corrupção, de fraude ou de desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera de suspeição, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; floresce, então, a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas (MOISÉS; CARNEIRO, 2008)

É notável o aumento da confiança no governo a partir de 2003, principalmente na Argentina: em 2006 a confiança no governo chega a 60%, o mais alto do período. Porém, a partir desse ano os índices caem progressivamente no país. No Brasil, o governo Lula inicia com a confiança no governo baixa, mas que aumenta conforme os anos. Interessante notar que o índice cai em 2005, ano do escândalo do “mensalão”, mas chega a quase 50% em 2006, na qual Lula seria reeleito. Em interpretação de Baquero (2007), o presidente teve êxito em separar a sua figura do escândalo. De modo geral, a média dos anos apresentados é de uma confiança baixa nos dois países: 34,6 na Argentina e 38,2 no Brasil.

Os dados em relação à satisfação com a democracia complementam a análise.

Gráfico 7 – “Satisfação com a democracia” (%) (1995 – 2010)



FONTE: Latinobarômetro

Os índices de satisfação na Argentina mostram-se maiores, ao menos até os anos de 2001 e 2002, quando há uma queda para apenas 8% da população satisfeita com o funcionamento do regime político. O Brasil aparece em um quadro de “insatisfação estável” até 2005. Essa insatisfação aparece conjugada às deficiências de uma democracia recente que não correspondiam aos anseios e ao imaginário popular. Em comum, em 2006 os dois índices aumentam com relação ao ano anterior. No caso do Brasil, destaca-se o aumento da satisfação após 2007, chegando a igualar-se à porcentagem do caso argentino em 2010, com aproximadamente 50%.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados de cultura política junto ao conhecimento das trajetórias da Argentina e do Brasil mostram que há uma relação substancial na percepção da democracia dos dois países com os problemas econômicos. Por certo, a cultura política nos dois países apresenta características próprias. Assim, considerar os processos sociais e históricos pelos quais os países passaram foi uma tentativa de complexificar a análise, e, na aproximação do “macro” ao “micro”, possibilitar reflexões que não se restrinjam apenas ao econômico e institucional.

Nos dois países percebeu-se uma insuficiência de alternância política no poder. Utilizando a metáfora da sístole/diástole de Kugelmas e Sola (1999) para os dois países, notou-se que o movimento brasileiro foi mais em relação à centralização e descentralização, como bem apontam os autores, e, no caso da Argentina, em torno de elites políticas e setores sociais populares (PALERMO, 2009). Pode-se dizer que o movimento de diástole, no caso argentino, foi de ampliação da participação popular, e de sístole a reversão das conquistas anteriores, como percebido na revisão histórica.

Em que pesem os interregnos na Argentina, sua história democrática é mais longa. Porém, o processo político brasileiro se constituiu em uma dimensão formal mais delineada. A dimensão inclusiva, no caso argentino, formou-se em contrapartida ao prejuízo da dimensão institucional. O'Donnell (1997), no ensaio “¿Y a mí que me importa?”, diria que o Brasil é uma cabeça sem corpo, pois a democracia não tem onde consolidar-se, e a Argentina, um corpo sem cabeça, já que a democracia não tem onde funcionar.

No entanto, os dois países lograram êxito na consolidação da democracia pós-ditadura e durante os anos estudados (1995-2010). Conforme Iazzetta,

En suma, todo parece indicar que Brasil ha logrado revertir gradualmente el déficit en materias en las que Argentina había mostrado originalmente fortalezas y precocidad (sociedad civil fuerte y activa, un sistema político más autónomo). Por su parte, Argentina ya no dispone de una sociedad homogénea e integrada como la que logró modelar en su formación como sociedad de masas, al tiempo que exhibe dificultades para superar una historia de improvisación y fuertes vaivenes institucionales que atentan contra sus posibilidades de construir y acumular más y mejores capacidades estatales (IAZZETTA, 2010, p.35)

Do ponto de vista econômico, apesar do coma da economia na década de 80, os anos posteriores foram mais esperançosos e de algumas superações no Brasil. O quadro argentino é mais dramático, dado o ano de 2002, quando a crise econômica e política deixou o país em estado de sítio.

Sobre a relação entre cultura política e economia, os modelos que mostraram associação com mais variáveis significativas foram o PIB per capita, o Índice de Gini e a Brecha de la pobreza. No entanto, refletindo a trama dos países, indicaram uma qualidade de associações diferentes.

Na Argentina, os dois modelos que chamam a atenção foram os que consideraram a Inflação e a Brecha de la Pobreza como variáveis independentes. De acordo com o Modelo II, da Inflação, as duas associações significativas foram entre inflação x confiança e desconfiança nos partidos. Aproximadamente 36% da variação da confiança nos partidos pode ser predita pela variação da inflação, e conforme a inflação aumenta, a confiança cai. Essa correlação vai ao encontro da afirmativa de Quiroga (2010), na qual a estabilidade da moeda tem a ver tanto com a inflação, quanto com a confiança dos cidadãos. Os dez anos de estabilidade monetária sucumbiram frente à crise de paridade cambial e a desvalorização de meados de 2002. A este ponto é sabido que a política argentina encontra-se mais longe das instituições e a Argentina do corporativismo anárquico (O'DONNELL, 1997) deixou pouca oportunidade à consolidação da figura dos partidos políticos. Durante os anos analisados nas associações, os principais governos – de Menem e Kirchner – ainda que de frentes distintas, pertenciam ao Partido Justicialista. Os partidos políticos, em sua forma “tradicional” institucional, possuem um baixo prestígio social na Argentina e mais suscetíveis a variações estruturais.

A outra associação significativa foi entre brecha de la pobreza x satisfação e insatisfação com a democracia. Aqui, aproximadamente 50% da variação da satisfação pode ser predita pela variação do coeficiente Brecha de la pobreza. A Argentina demorou a apresentar números preocupantes de pobreza, sendo uma exceção ao padrão latino americano por um longo tempo. Em suma, a estratégia aberturista – iniciada na década de 70 e consumada nos anos 90 – acentuou os níveis de pobreza, exclusão e vulnerabilidade da sociedade argentina. À vista disso, é significativo considerar essa relação visto que a Argentina é conhecida por ser um país de classe média. Nos governos da *posconvertibilidad* há uma melhora no padrão de vida, no

entanto, a pobreza incrementada nos anos anteriores segue em um movimento de autorreprodução social (CHIROLEU, VORAS, DELFINO, 2013).

O caso do Brasil apresentou mais variáveis de cultura política com fortes associações que a Argentina: o único modelo sem correlações significativas foi o da Inflação.

Destaca-se aqui o Modelo III, do PIB per capita. Ressaltam-se os coeficientes de Pearson de “aprovação do governo”, $R=0,856$, “satisfação com a democracia”, $R=0,858$, e “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, $R=0,776$. Isto é, de maneira geral, o crescimento do PIB per capita supõe o aumento da aprovação do governo, da satisfação com a democracia e do apoio democrático. Ainda que seja uma variável macroeconômica, os anos de crescimento do PIB per capita no Brasil foram também aqueles com uma notável redução da pobreza, que caiu de 12,99% a 6,18% no período, e de democracia contínua, sem grandes crises políticas.

Retomando a hipótese pensada, ao menos na análise apresentada não se verificou uma predisposição autoritária evidente. Porém, com relação a isso, é interessante notar que as variáveis de apoio aberto à democracia possuem significância no Brasil, mas as “autoritárias” não: com o incremento do PIB per capita, por exemplo, o número de pessoas “democratas” aumenta e os “ambivalentes/indecisos” diminuem. Com relação ao desemprego, o incremento desse índice indica uma queda nos “democratas” e um aumento dos “ambivalentes/indecisos” no Brasil.

Foi percebido que no Brasil, a posição de apoio, satisfação e confiança, depende mais dos fatores conjunturais que na Argentina. Concordando com Gonzalez (2015), em estudo a respeito da qualidade da democracia na América Latina, “a Argentina demonstra alguma solidez, com o apoio ao regime tendo sobrevivido ao duplo golpe de uma crise econômica e uma crise institucional”. Com tal característica, a relação parece ser mais flutuante no Brasil.

As questões referentes à democracia na Argentina, como satisfação e confiança, mostram que, de fato, houve uma variação concomitante e a má situação econômica de 2002 influenciou a diminuição da legitimidade do regime do ponto de vista da população. Porém, no ano seguinte os índices aumentaram de forma significativa, tal era a esperança de uma recuperação econômica, e conseqüentemente, de um bem-estar democrático. Além disso, destaca-se que o apoio à democracia na Argentina é notavelmente maior que no Brasil. Ou seja,

além de um apoio à democracia mais significativo, o mesmo não possui associação significativa com as variações econômicas analisadas.

Poderia se pensar na formação de uma cidadania crítica (NORRIS, 1999), na qual o “reservatório profundo” de apoio à democracia da Argentina auxiliou no fortalecimento do regime. No entanto, dadas as características da formação política, como a falta de solidez institucional (em especial no caso dos partidos políticos), a cultura política argentina pode ainda conviver com traços autoritários.

Por fim, seria errôneo afirmar uma relação de causa e efeito entre as variáveis econômicas e as de cultura política: o comportamento da economia é necessário, mas não suficiente para explicar um fenômeno tão complexo como a democracia. Assim, não se quis discutir relações causais e pesos das variáveis independentes em um modelo global. Por isso, os modelos elaborados consideraram uma variável única, mesmo sabendo que elas possuem relação entre si. Acrescenta-se que o processo democrático e a cultura política deve considerar também a educação, a violência, a corrupção, dentre outras variáveis, que de alguma forma indicam comportamentos distintos em sociedades diferentes.

Levando-se em conta os caminhos percorridos entende-se que para o desenvolvimento de uma cultura de fato democrática, é necessária a superação das desigualdades sociais e a conciliação entre crescimento e estabilidade econômica e social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture** - Political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park, Sage, 1989. 380 p.

AMADEO, Eduardo. (1998). **Mercado de trabalho brasileiro** – rumos, desafios, e o papel do ministério do trabalho. Ministério do Trabalho, Maio/1998

AMORIM, M. S. S. Democracia e cultura política em perspectiva comparada: Brasil e Paraguai. In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. P. 119 – 140.

ANGELO, Adriano del; COUTO, Joaquim Miguel. **O sucesso do plano real e os custos da estabilização**. A Economia em Revista - UEM, Volume 16, Número 2, Julho de 2008.

ANSALDI, Waldo. La trunca transición del régimen oligárquico al régimen democrático. IN: FALCÓN, Ricardo (Dir.). **Nueva Historia Argentina** – Tomo 6: Democracia, Conflicto Social y Renovación de Ideas (1916 – 1930). Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 2000.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, n.17, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Mai. 2016.

BAQUERO, Marcello. **Democracia e Desigualdade na América Latina**: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opin. Publica** vol.13 no.2 Campinas Nov. 2007

BAQUERO, Marcelo (org). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2011.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BERDONDINI, M.. Hugo Quiroga- La República desolada. Los cambios políticos de la Argentina (2001-2009). **Temas y Debates**, Norteamérica, 0, mar. 2013. Disponible en: <<http://www.temasydebates.unr.edu.ar/index.php/tyd/article/view/43/42>>. Fecha de acceso: 10 jun. 2016.

CAPISTRANO, Daniel Jaime; CASTRO, Henrique Carlos de O. O Papel do Estado e Cultura Política na Argentina e no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas , v. 16, n. 2, p. 338-365, Nov. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Feb. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania**: tipos e percursos. Revista Estudos Históricos, [S.l.], v. 9, n. 18, p. 337-360, dez. 1996. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029>>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, H. C. de O. **Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile**: um estudo comparativo de cultura política. 2000. 172f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia**. Buenos Aires: CEAL, 1983.

CHERESKY, Isidoro (Comp.). **Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina**. Colección Grupos de Trabajo. - CLACSO. Prometeo.: Buenos Aires. Nov, 2011.

CHERESKY, Isidoro. Ciudadanía y democracia continua. In: QUIROGA, Hugo (Org.). **Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo. 2011.

CHIROLEU, Adriana; VORAS, Claudia; DELFINO, Andrea. **Las transformaciones sociales em la posconvertibilidad**. Cuadernos de la Cátedra de Estructura Social, UNR: Rosario. 2013.

COLEN, Celia Mara Ladeia. **Os determinantes do apoio à democracia nos países da América Latina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

COUTO, C. Gonçalves. **Hacia el centro**: el PT y el gobierno de Lula en Brasil. **Temas y Debates**, Norteamérica, 0, mar. 2013.

CREMONESE, D.. Participação como pressuposto da democracia. In: PASE, Hemerson Luiz (Org.) ; BAQUERO, Marcello (Org.) .. (Org.). **Estado, Democracia e Hidreletricidade no Brasil**. 1ed.Pelotas: ed. Pelotas: UFPEL, 2012, v. 1, p. 1-14.

CUNHA, André Moreira. FERRARI, Andrés. **A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 3-23, janeiro-março/2009.

DAHL, Robert. **La democracia: una guía para los ciudadanos**, Capítulo VIII, Taurus, España, 1999, pp. 97-115.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2001

DALTON, Russel (2004). **Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press

DE RIZ, Liliana. **Retorno y derrumbe**. El último gobierno peronista, Bs. As., Hyspamérica, 1986.

DUARTE, Jéssica; FENELON, Priscila. A Consolidação da Democracia na América Latina: Um estudo comparativo dos casos Brasil e Uruguai. **Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política**, “¿Qué Ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014. Disponível em: <http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT3-DemocraciayCalidaddelaDemocracia/JessicaDuarte_PriscilaFenelon_AConsolidacao.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

FALCÓN, Ricardo (Dir.) **Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)**. Buenos Aires: Editorial Sudamérica, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 3v. Rio de Janeiro: Globo, 2001

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)**. São Paulo, Ed 34, 2004.

FLORIA, Carlos A; BELSUNCE, César A. Garcia. **Historia Política de La Argentina Contemporanea**. Editora: Alianza; Ano de Edição: 1988

GEARY, Mirta; PINILLOS, Cintia. De Investigadores y viajeros - Política comparada en los estudios sobre las nuevas democracias de América Latina. In: FERNÁNDEZ, Arturo. **Estudios de política comparada: perspectivas, experiencias y debates**. 1ed. · Rosario: UNR Editora, 2004. 212 p

GONZÁLEZ, Rodrigo S. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008

GONZÁLEZ, Rodrigo S. . Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello. (Org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre, 2011, p. 47-68.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina. **Temas y Debates**, Norteamérica, mar. 2015.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. BH: Paideia, 1987.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IAZZETTA, Osvaldo. Los estudios sobre el Estado, y el estado de la cuestión en Brasil y Argentina. In: MURACA, Matías; ROMANIN, Enrique Andriotti; GROTH, Terrie (Comps.) **Teoría y práctica de la política. Argentina y Brasil: nuevas formas de la dependencia, nuevos desafíos para el desarrollo**. Prometeo libros y Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, 2010.

IAZZETTA, Osvaldo. Democracia, calidad de la democracia y democratización. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.139-150, jan.-abr. 2013.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. **American Political Science Review**, 82:1203-30, 1988

INGLEHART, Ronald. How Solid is Mass Support for Democracy – And how we Measure it? **Political Science & Politics**, vol.36, n.1, pg.51-57, January 2003. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=2&fid=140089&jid=&volumeId=&issueId=&aid=140025>> Acesso em 10 Jun 2016.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo, Ed. Verbena, 2009.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **The American Political Science Review**. Vol. 53, No. 1 (Mar., 1959), pp. 69-105.

LIPSET, Seymour Martin. **O Homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENEZES, T.M, PALERMO, V.. Gobierno de Lula y lulismo: examinando algunas hipótesis sobre las condiciones de posibilidad y la naturaleza del lulismo. **Temas y Debates**, Norteamérica, 0, mar. 2013. Disponible en: <<http://www.temasydebates.unr.edu.ar/index.php/tyd/article/view/27>>.

MINUJIN, Alberto. En la Rodada. IN: MINUJIN, Alberto Etal. **Cuesta abajo los nuevos pobres** ; efectos de la crisis en la sociedad argentina. Uniced/Losadas, Buenos Aires. 1997

MOISES, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

MOISES, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 1, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Jun. 2014.

MORLINO, Leonardo. 1998. **Democracy Between Consolidation and Crisis**: Parties, Groups, and Citizens in Southern Europe. Oxford: Oxford University Press

NORRIS, P. (1999). **Critical citizens**: global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press.

O'DONNELL, Guillermo. **El Estado Burocrático Autoritario**, Bs. As., Belgrano, 1982.

O'DONNELL, Guillermo. Otra institucionalización. **La Política: Revista de estudios sobre el estado y la sociedad**, ISSN 1136-2251, N° 2, 1996, págs. 5-28

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapuntos**: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización, Buenos Aires: Paidós. 1997.

O'DONNELL, Guillermo. The Quality of Democracy: Why the Rule of Law Matters. **Journal of Democracy**. Volume 15. N 4. Outubro, 2004

OSLAK, Oscar. Reflexiones sobre la formación del Estado y la construcción de la sociedad argentina. **Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales**, Vol. XXI, Enero-Marzo: Buenos Aires, Argentina. 1982.

PALERMO, Vicente. Algunas hipótesis comparativas entre Brasil e Argentina no século XX. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 17, n.33, p. 123 – 130, jun 2009.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERISSINOTTO, Renato. **Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 28, n. 83, p. 151-165, Oct. 2013.

PERISSINOTTO, Renato. O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba , v. 22, n. 52, p. 59-75, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000400005&lng=en&nrm=iso>. Access on 13 June 2016.

PORTANTIERO, Juan Carlos. La transición entre la confrontación y el acuerdo. IN: NUN, José y PORTANTIERO, J.C. (comps.) **Ensayos sobre la transición democrática en Argentina**, Bs. As., Puntosur, 1987.

POWER, Timothy J; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, Mar. 2005.

PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. **The Logic of Comparative Social**. Inquiry John Wiley ed., Estados Unidos, 1970, pp. 31-46.

QUIROGA, Hugo. El tiempo del proceso. In: Suriano, Juan (Dir.) **Nueva Historia Argentina: Dictadura y democracia (1976-2001)**, Bs. As., Sudamericana, 2005.

QUIROGA, Hugo. Ciudadanía y democracia en la Argentina. Problemas de representación en perspectiva comparada. In: QUIROGA, Hugo (Org.). **Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo. 2011.

QUIROGA, Hugo. **La República desolada**. Los cambios políticos de la Argentina (2001-2009). Buenos Aires: Edhasa, 2010.

RAGIN, Charles; ZARET, David. Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies. **Social Forces**, Vol. 61, No. 3. (Mar., 1983), pp. 731-754.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**, n. 45, 1. sem. p.71-92, 1998.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, Porto Alegre, n.º 2, julho - dezembro de 2008.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia), Curitiba, UFPR, 2008.

ROCCA RIVAROLA, D.. Relaciones y definiciones de pertenencia en los conjuntos oficialistas o bases de sustentación activa de Lula (2002-2006) y Kirchner (2003-2007): Principales argumentos. **Temas y Debates**, jun. 2014. Disponible en: <<http://www.temasydebates.unr.edu.ar/index.php/tyd/article/view/261/166>>. Acesso em: 13/06/2016.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 3ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014

ROUQUIÉ, Alain. **Poder militar y sociedad política en la Argentina - Vol. II**. Buenos Aires: Emercé. 1982.

SAMUELS, David. A economia política da reforma macroeconômica no Brasil, 1995-2002. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 46, n. 4, p. 805-835, 2003.

SABATO, Hilda. **Povo e política** : a construção de uma república. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 23-47, Oct. 1999 .

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1987

SCHUMPETER, Joseph A. (1984). Capitalismo, socialismo, democracia. Rio de Janeiro: 2^h

SELIGSON, Mitchell A. "The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of the Ecological Fallacy". *Comparative Politics*, Vol. 34, April, 2002, pp. 273-292.

SEOANE, Maria. **Argentina: El siglo el progreso y la oscuridad**. 1 ed. Buenos Aires: Crítica, 2004.

SOUZA, Nelson Rosario de. **Fundamentos da Ciência Política**. Curitiba: IESDE. Brasil S.A, 2010.

THE WORLD BANK. **Open Data**. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 Maio 2016

TORRADO, Susana (1994): **Estructura social de la Argentina: 1945-1983**, Ediciones de la Flor, (Segunda edición), Buenos Aires.

TORRADO, Susana (2004): **La herencia del ajuste**. Cambios en la sociedad y la familia, Colección Claves para todos, Ed. Capital intelectual, Buenos Aires.

VADELL, Javier A.; LAMAS, Bárbara; RIBEIRO, Daniela M. de F.. Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba , v. 17, n. 33, 2009.

WALDMANN, Peter. **El peronismo**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.